



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Júlia Barcelos Bittencourt

A LUTA PELO SUS E AS RESISTÊNCIAS ATUAIS: OCUPA SUS RJ

Rio de Janeiro

2017

Júlia Barcelos Bittencourt

A LUTA PELO SUS E AS RESISTÊNCIAS ATUAIS: OCUPA SUS RJ

Projeto de monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Orientador(a): Daniela Egger

Coorientador: Jefferson Almeida Silva

Rio de Janeiro

2017

*Dedico esta pesquisa aos trabalhadores da área da
saúde que seguem na luta diária em defesa do Sistema Único de Saúde, enquanto serviço
público, universal e de qualidade.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional não só para realização desta pesquisa, mas ao longo de toda trajetória percorrida nos últimos quatro anos. Agradeço ao corpo docente, à coordenação e ao apoio escolar pela dedicação com que trabalham com os alunos, pois reconheço como elemento fundamental para minha formação, enquanto trabalhadora técnica da área da saúde, a atenção e o cuidado ao próximo.

Agradeço à minha família, à minha mãe pela inspiração e força para seguir em frente e, sobretudo, ao meu pai que, com carinho e paciência, não desistiu de mim e não me deixou desistir.

Agradeço à minha orientadora que me deu suporte necessário para concluir esta pesquisa e me ensinou a escrever com segurança, compartilhando ideias e ampliando meus conhecimentos.

Agradeço aos meus amigos pelo incentivo e auxílio ao longo do processo de construção desse trabalho, além da compreensão e carinho.

Agradeço também aos trabalhadores da área da saúde, umas das minhas inspirações para a construção deste projeto, que contribuíram com entrevistas e disponibilizaram documentos para compôr este trabalho.

*“O capital não tem a
menor consideração
pela saúde ou
duração da vida do
trabalhador, a não ser
quando a sociedade o
força a respeitá-las”*

Karl Marx

RESUMO

Esta pesquisa se dedica ao tema da relação entre saúde pública e as forças políticas no atual contexto brasileiro. Tem como objeto de estudo o Ocupa SUS RJ, uma iniciativa recentemente desenvolvida para atuar como espaço de resistência às medidas de contenção de gastos propostas pelo atual governo no que diz respeito ao Sistema Único de Saúde, e que podem colocar em risco sua manutenção e desenvolvimento. Tendo como pano de fundo a mudança de perspectiva do governo federal em relação à gestão da saúde pública brasileira, esta pesquisa pretende compreender como o Ocupa SUS se constituiu, as forças políticas que o integram e as estratégias de resistência então mobilizadas para garantir o SUS enquanto política pública voltada ao acesso universal aos serviços de saúde.

Palavras-chave: Ocupa SUS RJ; Sistema Único de Saúde; Resistência política.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: Ocupa SUS RJ.....	13
1.1 Novas Formas de Luta Política.....	13
1.2 O Impeachment e a Constituição do Ocupa SUS RJ.....	20
CAPÍTULO 2: Ocupa SUS no histórico das lutas pela saúde pública no Brasil.....	25
2.1 O Histórico da luta pela saúde pública no Brasil.....	25
2.2 Novas organizações e um mesmo objetivo a atingir.....	29
CAPÍTULO 3: Ocupa SUS RJ no atual contexto político.....	34
3.1 A nova correlação entre as forças e conformação política do Ocupa SUS RJ.....	34
3.2 Articulações políticas posteriores a ocupação.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
Apêndice 1 - Mapeamento das atividades do Ocupa SUS – Ordem Cronológica	
2016.....	51
Apêndice 2 - Memória da Reunião do Ocupa SUS RJ.....	52
Apêndice 3 - ATO POLÍTICO CULTURAL EM DEFESA DO SUS.....	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho, por meio do materialismo histórico e dialético enquanto referencial teórico-metodológico, busca situar o Ocupa SUS RJ, objeto desta pesquisa, no contexto geral das lutas em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). Através dessa perspectiva o Ocupa SUS RJ será analisado como fenômeno social dentro de seu contexto histórico, isto é, o objeto será compreendido como parte de um processo histórico mais amplo de transformação da realidade política brasileira e, mais especificamente, das lutas em defesa da saúde pública. Neste sentido, a pesquisa busca investigar os principais tensionamentos e contradições que acompanharam o processo de sua constituição, tendo como foco o processo de integração das diferentes forças políticas que o constituíram e o compõem.

Entendo minha formação técnica na área da saúde como fator determinante na escolha do tema. Por este motivo, entender os conflitos e disputas que envolvem o SUS passa a ser de interesse pessoal, acadêmico e político. Principalmente dentro da nova realidade imposta, na qual, após o processo de impeachment, há a intensificação de medidas governamentais que impulsionam a maior participação dos setores privados no campo da saúde – algo que representa uma ameaça ao funcionamento e a manutenção do SUS. Essas ameaças se exemplificam diante das decisões tomadas pelo atual governo, anunciando cortes de gastos na área da saúde, aprovando a PEC 55¹ e assumindo todas as limitações de desenvolvimento na área da saúde pública que isso representa.

Para tal, realizamos uma análise da trajetória dos movimentos sociais, caracterizando o processo de mudança na dinâmica de organização dos mesmos desde a década de 1980. A partir dessa perspectiva, descrevemos o cenário político no qual ocorre a constituição do Ocupa SUS RJ², destacando suas pautas e objetivos enquanto movimento de resistência e dialogando com a discussão dos novos movimentos sociais, tendo como foco a compreensão do papel político por este desenvolvido durante e após o período de ocupações. Deste modo, este trabalho busca ressaltar também a importância de um movimento como este dentro da trajetória histórica da luta em defesa

¹Essa Proposta de Emenda à Constituição tem como objetivo estabelecer um novo “teto para os gastos públicos”, ou seja, a PEC 55/16 propõe como solução para a crise econômica na qual o país se encontra, o congelamento de gastos públicos, incluindo saúde, educação e assistência social por 20 anos. A PEC 55/16 foi aprovada, para saber mais informações acessar: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>.

² Houveram outras ocupações semelhantes ao Ocupa SUS RJ em outros estados do país, como Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. No entanto, esses processos de ocupações não constituem o objeto desta pesquisa.

da saúde pública no Brasil.

É preciso compreender o contexto social anterior ao ano de 2016, diante das mobilizações sociais que preencheram o cenário político mundial, uma vez que fenômenos como a Primavera Árabe, os Indignados da Espanha e o Occupy Wall Street constituíram um novo modelo de resistência, retomando a ocupação do espaço público enquanto principal estratégia no meio urbano e utilizando as redes sociais como mecanismos de denúncia e divulgação das reivindicações.

No Brasil, o ano de 2013 foi um marco histórico no que diz respeito à mobilização de massas nas ruas, desde o impeachment de Collor. Assim, os anos de 2014 e 2015 seguiram repletos de manifestações, ainda que menos expressivas, em função do descontentamento da população frente às políticas neoliberais adotadas pelo governo. Diversas pautas foram levantadas, como a má gestão do recurso público, tendo em vista que o país sediaria grandes eventos, como a Copa Mundial e os Jogos Olímpicos. Além de denúncias de corrupção, aumento das tarifas do transporte público e em defesa dos serviços públicos enquanto direitos sociais.

Cabe ressaltar ainda que, no ano de 2015, os estudantes secundaristas de São Paulo protagonizaram o processo de ocupação de suas escolas em resposta ao anúncio de fechamento de mais de 90 unidades escolares. Assim a ocupação enquanto estratégia de resistência se fortaleceu e se ampliou pelos setores de esquerda. Já em 2016, durante o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, houve a necessidade de reorganização das forças progressistas e de esquerda.

Considerando o contexto de expansão do capitalismo, o presente trabalho ainda discorre sobre a intensificação do processo de mercantilização da saúde e da precarização do trabalho. Tendo em vista que ao longo da década de 1990, a implementação do SUS ocorreu de forma contraditória devido ao processo mais geral de abertura para iniciativa privada nos diversos ramos da economia. Nos governos do PT que se seguiram, as políticas neoliberais tiveram continuidade e o sucateamento do SUS, o aumento das privatizações e da precarização do trabalho se fizeram evidentes. Em contraposição a essas medidas, tem início um processo de resistência protagonizada por forças políticas diversas, que lutam contra a precarização da saúde pública e buscam garantir o modelo de saúde definido pela Constituição de 1988.

Assim, novos movimentos e frentes se articularam, ainda que sob eixos específicos, para defender o SUS enquanto direito da população. No Rio de Janeiro, esses movimentos como a Luta Antimanicomial, os setoriais de saúde e o Fórum de Saúde do Rio de Janeiro cumpriram papel

fundamental diante do contexto de impeachment da presidente Dilma Rousseff. É nesse contexto que o Ocupa SUS RJ surge enquanto espaço de articulação entre as principais forças políticas que já atuavam em defesa da saúde pública.

Dessa forma, a ocupação surge como resultado do conjunto de articulações de forças anteriores ao processo de impeachment que, ainda sob o governo Dilma, buscavam formas de resistir à precarização do trabalho e à privatização do SUS³. Após assunção de Temer à presidência, o coletivo de trabalhadores que vinha se articulando definiu a ocupação do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (NERJ) como a ação direta mais apropriada para o momento, dentro do contexto de ocupações secundaristas e universitárias que ocorreram por todo o país ao longo de 2015 e 2016, além da própria ocupação do Ministério da Cultura que desempenhou um importante papel para a construção do Ocupa SUS.

A construção heterogênea nos espaços de debates garantiram como particularidade ao Ocupa SUS RJ a reunião de movimentos que já atuavam em defesa da saúde pública, porém não conciliavam suas pautas dado às suas especificidades. Assim, o coletivo garantiu a unificação de pautas respectivas a diferentes setores sociais de resistência, como às críticas apontadas às iniciativas de Osmar Terra, Ministro do Desenvolvimento Social, que buscavam incentivar a participação de religiosos no tratamento de usuários de drogas e o posicionamento contrário à nomeação de Fátima Pelaes para Secretária das Mulheres, que defendia a criminalização do aborto até mesmo em caso de estupro.

Além de se posicionar contra as iniciativas conservadoras que se apresentavam como retrocessos à área da saúde, o Ocupa SUS RJ se posicionou também contrário às nomeações que estavam sendo efetivadas pelo governo de Temer, como Ricardo Barros para Ministro da Saúde e Jair Veiga para o Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), e ainda contra as políticas de redução de recursos investidos na área da saúde e da educação, aprovados posteriormente com a PEC 55/16.

Para contextualizar o Ocupa SUS RJ, analisamos o histórico das lutas pela saúde pública no Brasil, destacando os principais momentos históricos de ampliação da saúde dentro de uma perspectiva de políticas públicas a nível nacional e os sujeitos políticos que protagonizaram as pressões necessárias para o avanço e garantia da saúde enquanto direito social. Dessa forma,

³ Alguns dos principais movimentos que atuam em defesa do SUS desde antes da assunção de Temer à presidência da República são o Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, a Rede de Médicas e Médicos Populares, entre outros.

ressaltamos ainda a importância do Movimento de Reforma Sanitária no período da ditadura militar e sua atuação política naquele contexto, bem como sua importância nos espaços de construção e ampliação do projeto político definidos pelo mesmo.

Ainda sob esta análise identificamos, dentro do contexto de surgimento de novos agrupamentos sociais em defesa da saúde, a influência do projeto de sociedade defendido pelo Movimento de Reforma Sanitária nos dias atuais, em espaços como fóruns e frentes que atuam em defesa da saúde pública no Brasil.

Por fim, para situar o Ocupa SUS RJ dentro da histórica luta em defesa da saúde pública no Brasil, diante do contexto social e político radicalmente modificado no qual este se constitui, precisamos analisar como se deu o processo de reorganização das forças de esquerda em defesa da saúde pública, universal e de qualidade. Assim, para compreendemos o papel desempenhado pelo Ocupa SUS RJ dentro das resistências contra as medidas adotadas pelo governo de Michel Temer, aprofundamos as principais questões que envolveram o processo de ocupação, incluindo os tensionamentos e articulações políticas. Para tal, entendemos como fundamental a análise das entrevistas e materiais produzidos ao longo da ocupação para identificarmos as principais forças políticas, os conflitos e as dificuldades consequentes dessa articulação política que se expressou através da ocupação.

1 – Ocupa SUS

1.1 - Novas Formas de Luta Política

Sabemos que no contexto social e político de ordem capitalista, historicamente, houveram transformações sociais de acordo com os interesses econômicos. As décadas de 1970 e 1980, no Brasil 1990, ficaram marcadas pela reestruturação do Estado para atender a lógica do mercado mundial. Isto porque, a crise do petróleo (anos 1970) marcou o fim dos anos dourados do capitalismo, resultando em transformações sociais, políticas e, principalmente, econômicas que influenciaram a reestruturação do Estado capitalista (Netto e Braz, 2006). Essa remodelação do Estado tem como fundamento uma “nova ordem” do capitalismo (Harvey, 2004) que consiste no modelo neoliberal de Estado e, nada mais é, do que a redução da presença do Estado na economia e da autonomia do mercado nas políticas nacionais, representando uma série de entraves na luta por mais direitos sociais. Ou seja, a ideologia neoliberal que passa a direcionar as políticas de Estado estabelece conflitos diretos com o Estado de Bem Estar Social desenvolvido nos países capitalistas desde a década de 1930.

Além da redução dos direitos sociais, o Estado passa a diminuir o seu poder de atuação na economia, com incentivo a privatização de empresas, a terceirização do trabalho e a abertura do mercado interno, por exemplo (Netto e Braz, 2006). Nesse contexto há também a reestruturação produtiva, ou seja, a desconcentração do processo de produção sustentada pelo modelo Toyotista⁴ reflete na fragmentação dos trabalhadores e fortalece o processo de terceirização do trabalho.

Assim, a precarização do trabalho e o aumento significativo do desemprego são consequências dessas medidas neoliberais adotadas por diversos países capitalistas ao redor do mundo. Segundo os autores José Paulo Netto e Marcelo Braz, a década de 1980 fica marcada por uma contrarreforma em prol do mercado que busca a flexibilização dos direitos, a desregulamentação dos processos econômicos e garantias sociais. Nesse sentido entendemos que as mudanças que reconfiguraram o modelo econômico de Estado impactaram diretamente nas estratégias de luta e resistência política, bem como na estruturação dos movimentos sociais. Por isso, para compreensão da análise que se fará ao longo dessa pesquisa é preciso compreender as dinâmicas desses movimentos sociais e do

⁴ Anteriormente a produção capitalista adotava o modelo de produção Fordista, baseado na concentração da cadeia produtiva, buscando a produção em massa para o consumo em massa.

impacto de elementos como o avanço das políticas neoliberais, da globalização e da tecnologia para a constituição desses movimentos sociais contemporâneos. Para compreender de forma objetiva a trajetória dos movimentos sociais dentro do contexto histórico social em que estes se inserem, dispomos da perspectiva teórica da autora Maria da Glória Gohn que se dedica a uma longa análise sobre novos movimentos sociais⁵.

Segundo a autora, o estudo sobre os movimentos sociais contemporâneos são prejudicados devido à dificuldade na sistematização de suas estratégias. Isto é, não há unanimidade na própria definição do conceito de movimentos sociais e, ao caracterizá-los como novos movimentos, é preciso destacar os novos elementos que os constituem. Dessa forma, os estudos sobre movimentos sociais se incorporam aos estudos dentro do campo na mobilização social, que se diferenciam de acordo com a consciência política que envolve seus agentes. Glória Gohn afirma ainda que ao caracterizar os novos movimentos sociais dentro do campo de mobilizações sociais, não há distinção clara entre os movimentos que mobilizam demandas e agem conscientemente e os movimentos que são utilizados como forma de intermediar ou conciliar os interesses entre as classes. Os movimentos sociais são definidos pela autora como entidades compostas por sujeitos capazes de defender um projeto político, possuem lideranças e base, reivindicam demandas e propostas, surgem a partir de conflitos sociais, entre outros elementos (Gohn, 1997).

Outros autores, como Delson Ferreira (2003) e Antônio Lambertucci (2009), definem os movimentos sociais de acordo com as atividades e práticas desses grupos que se organizam para alcançar, através da luta política, um determinado objetivo. Esses sujeitos atuam de acordo com uma ideologia que permite criticar determinada condição social a qual aquele coletivo é subordinado, dessa forma, destinam a mudanças objetivas que originam o conflito social.

Baseado na análise teórica da autora Maria da Glória Gohn, que apresenta uma perspectiva de transformação entre os movimentos sociais tradicionais e os novos movimentos sociais, podemos esboçar uma trajetória das dinâmicas desses grupos sociais e destacar os principais aspectos que marcam a passagem desses movimentos sociais tradicionais para os movimentos sociais contemporâneos.

O ano de 1848 foi um marco histórico dentro dos estudos sobre movimentos sociais, pois foi

⁵ Os livros Teoria dos Movimentos Sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos e Novas Teorias dos Movimentos Sociais, ambos da autora Maria da Glória Gohn, são utilizados para o embasamento teórico desta pesquisa.

marcado pelo estabelecimento de uma tomada de consciência por parte da classe trabalhadora, levando a constituir-se enquanto sujeito organizado e autônomo (Netto, 2001), assim, os movimentos sociais que se organizavam desde então se constituíram pautados pela luta de classes ao longo das décadas seguintes. No entanto, com a passagem dos anos de 1960 para 1970, o modelo de produção hegemônico caracterizado pelo Fordismo entra em declínio em função da crise econômica do capital, da superprodução de mercadorias e do petróleo. Assim, passa a ser adotado o modelo de produção Toyotista, que logo se dissemina pela Europa e, posteriormente, pelo mundo. Essa reestruturação de modelo de produção acarreta na divisão dos trabalhadores em fábricas menores, ao passo que a produção passa a ser especializada e por demanda. Essa desconcentração produtiva reconfigura também o modelo sindical que, até então, era unificado e norteado pelo viés de classe.

Dessa forma, podemos perceber que a transformação do modelo produção afeta diretamente na configuração dos movimentos sociais, pois a mobilização dos trabalhadores é dificultada e perde forças com o avanço desse modelo de produção. Acompanhando o Toytismo como novo modelo de produção, o Estado capitalista também passa por uma reestruturação adotando o projeto neoliberal como saída da crise. E o cenário social que constitui grande parte das décadas de 1970 e 1980, como já foi dito anteriormente, demonstram as causas dessas políticas neoliberais que provocaram o aumento do desemprego e da pobreza.

Assim, os autores ressaltam que há um deslocamento de sentido na composição dos movimentos sociais que surgem desse período em diante. Isto porque há uma transferência de sentido da luta por igualdade econômica (como havia nos movimentos que seguiam a perspectiva marxista) para a luta por igualdade social (determinada pela reivindicação de pautas específicas por determinados grupos sociais) (Gohn, 1997). A perspectiva teórica que passa a ser utilizada para analisar os movimentos sociais a partir do final dos anos 60 e início dos anos 70 é denominada culturalista-identitária,⁶ pois há o surgimento de movimentos protagonizados por grupos sociais voltados as suas características enquanto grupo, cujas demandas são também específicas relacionadas a sua própria identidade. Em geral, esses movimentos surgem a partir de um conflito social específicos, no qual os agentes políticos se deparam com a exclusão social, reivindicando

⁶ Essa corrente teórica tem influência de diversos autores como Habermas, Bobbio, Arendt e Giddens, além da escola de Frankfurt e de teorias críticas em geral e tem grande importância nos estudos sobre movimentos sociais na atualidade. (Gohn, 2008, p29)

então por mais direitos e garantias sociais que assegurem melhores condições de vida para esses grupos sociais afetados.

Estudos realizados pela autora demonstram que, ao longo dos anos 70 e 80, a luta por cidadania é o principal elemento em comum entre esses movimentos. Na mesma linha, o autor Ralf Dahrendorf⁷ (1992, p.82) define que o conflito que provoca o surgimento de um novo movimento social “diz respeito ao ataque às desigualdades que restringem a participação cívica integral por meios políticos, econômicos ou sociais e ao estabelecimento de prerrogativas que constituam um *status* rico e integral e cidadania” (Dahrendorf, 1992 *apud in* Kerbauy, 1999). Portanto, ao restringir determinados direitos que são entendidos enquanto parte dessa cidadania, há em resposta a organização de forças políticas para reivindicá-los.

No Brasil, tendo como pano de fundo a luta pelo fim do regime militar e a busca pela democracia, os anos 70 e 80 tiveram como marco histórico a mobilização de partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais que reivindicavam mais direitos e garantias sociais. Esses movimentos defendiam bandeiras fundamentadas na consciência coletiva, pois, apesar de se destacar o protagonismo de determinados grupos sociais (mulheres, indígenas, juventude, negros, etc), a luta pela reforma agrária e pela saúde pública, bem como a demanda de melhorias no sistema de transporte e de educação foram pautas que unificaram as mobilizações a nível nacional (Gohn,2008).

Assim, ao longo dessas duas décadas, pesquisar a identidade desses movimentos e destacar seus objetivos centrais, dando visibilidades às suas reivindicações foi considerado uma das principais preocupações dos estudiosos dentro do campo de mobilização social. A questão da identidade desses sujeitos políticos e das bandeiras levantadas por estes movimentos foram tidas como elementos centrais na análise sobre esse novo cenário político. Já na década de 1990, a análise dos movimentos sociais se divide em dois eixos essenciais: cidadania coletiva e exclusão social. Em ambos os intelectuais buscaram sistematizar as demandas específicas que são pautadas por esses movimentos e compreender as consequências socioeconômicas que originam os conflitos sociais.

Isto porque o cenário político da década de 1990 sofre com a reestruturação do Estado e do modelo de produção, com a globalização e com o avanço tecnológico. Essas mudanças vão impactar diretamente no modelo de organização desses movimentos e nas dinâmicas de atuação.

⁷ Discussão aprofundada em *O conflito social moderno* do autor Ralf Dahrendorf, 1992. São Paulo, EDUSP.

Diante da implementação do projeto neoliberal, há um deslocamento na mobilização dos trabalhadores que passam a atuar, prioritariamente, na manutenção dos empregos ou a possibilidade da retomada no mercado de trabalho.

A reestruturação do modelo de produção e o neoliberalismo intensifica o aumento no número de desempregados no país, além da precarização do trabalho. Dessa forma, os movimentos sociais vão perdendo sua capacidade de mobilização social, uma vez que os trabalhadores enfrentam a fragilidade do seu vínculo de trabalho. Com isso, a falta de representatividade política e de políticas sociais eficientes abrem espaço para o avanço do setor privado na esfera pública e no fortalecimento de organizações de terceiro setor.

As políticas públicas institucionalizadas na Constituição Cidadã de 1988 enfrentaram obstáculos na sua implementação e, diante dessas políticas ineficazes, ocorre então o processo de privatização dos serviços sociais, transferindo assim a responsabilidade do Estado para o setor privado. Para além das parcerias entre o público e o privado, há o fortalecimento do terceiro setor, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), a nível nacional e internacional. Estas últimas cumprem o papel de “pontes”, mediando as demandas populares e os interesses privados com o auxílio estatal.

Desse modo, o aumento do desemprego e da pobreza configuram um cenário social marcado pela desigualdade, principalmente no início do século XXI, com o acirramento da crise social nos diversos países capitalistas. As políticas governamentais que, desde a década de 1990, vinham abrindo espaço para o desenvolvimento dos setores privados tornaram-se medidas impopulares que visavam apenas os interesses do mercado global.

Cabe ressaltar ainda os novos elementos que surgem na década de 1990, influenciados pelo contexto social e político a nível nacional e mundial, que vão modificar a dinâmica dos movimentos sociais dos dias atuais. Ainda sob a perspectiva de Maria da Glória Gohn, os movimentos que se originam a partir desses novos problemas sociais, não possuem vinculações partidárias (apesar de sustentarem um projeto político e social) e, em geral, “reivindicam direitos e espaço de participação social” (1997, p.301), ou seja, reivindicam a inclusão social.

Esses novos agentes políticos passam a atuar em função do descontentamento com as políticas estatais diante de problemáticas como gênero, etnia, violência, etc. E, recentemente, com o advento das redes sociais, esse processo se intensifica e leva a mobilização de mais pessoas, ainda que virtualmente, que configuram esses novos movimentos sociais. Deste modo, ainda que de forma

superficial, os movimentos sociais contemporâneos ganham visibilidade para suas bandeiras de luta através das redes de comunicação.

Podemos analisar, por exemplo, o período de convulsões sociais que preencheram o cenário político mundial no ano de 2011, caracterizando-as então enquanto novas formas de resistência. É importante destacar o uso da tecnologia como ferramenta de mobilização social também se apresenta como característica desses movimentos, uma vez que, além de ganhar visibilidade para suas pautas, também é capaz de denunciar a repressão do Estado diante das manifestações e confrontar o discurso sustentado pela grande mídia.

Esses movimentos tornam-se expressivos a partir de 2011, inicialmente nos países do Oriente Médio (Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen), nos quais tinham o objetivo de derrubar os governos autoritários e implementar governos democráticos. A ocupação da Praça Tahrir, no Cairo, colocou em evidência as milhares de pessoas que foram às ruas protestar contra o governo autoritário de Hosni Mubarak, contra as forças armadas do país e contra o aumento do desemprego. Não apenas no Egito, mas em países como a Líbia, o Iêmen e, primeiramente, na Tunísia a população reivindicava por mais direitos sociais e melhores condições de vida. O desgaste considerável daquelas populações diante da crise econômica e da crise política que se acirrava naqueles países foi o estopim para a mobilização de milhares de pessoas que logo preencheram o cenário político mundial. A ocupação das ruas e praças tornou-se então uma marca dessas novas formas de mobilização urbana que, impulsionados pelo avanço tecnológico, desencadearam um processo de mobilização generalizada no Oriente Médio, conhecido como Primavera Árabe (Ali, 2012).

Ainda em 2011, as revoltas que aconteceram na Espanha, conhecidas como Movimento dos Indignados, foram constituídas por manifestantes impulsionados pelas redes sociais que buscavam a democratização do Estado Espanhol. Marcados também pela crise política e econômica e pelo protagonismo da juventude espanhola no processo de mobilizações (reais e virtuais). O conjunto de protestos realizados pelos indignados tinha o caráter pacífico e apartidário, envolvendo não só a juventude, mas também diferentes setores populares. No entanto, as intervenções policiais eram contínuas e violentas, sendo denunciadas pelos manifestantes através das redes sociais (Carneiro, 2012).

No mesmo ano, nos Estados Unidos, o maior símbolo do poder econômico mundial foi ocupado, também pela juventude mobilizada através das redes sociais. Os manifestantes que ocuparam Wall Street tinham como objetivo culpabilizar a ganância do setor financeiro dos EUA

que resultou na crise financeira mundial de 2008. Com isso, apontavam o aumento da desigualdade social e da corrupção como consequência dessa crise, cujos responsáveis permaneciam impunes. Mais do que uma denúncia aos setores privados que coordenam boa parte das finanças do país, os protestos cobravam do governo transformações políticas que representassem os 99% da população que é explorado para sustentar a riqueza do 1% restante da população. A crítica ao sistema capitalista tornou-se então o centro das discussões nas redes sociais, bem como as denúncias da violência policial durante os protestos (Alves, 2012).

No Brasil, a estabilidade política é abalada no ano de 2013, porém diferentemente da Primavera Árabe, dos Indignados da Espanha e do Occupy Wall Street, as manifestações que surgem no início de 2013 não tinham como objetivo derrubar o governo da presidente Dilma Rousseff, implementar uma nova democracia ou denunciar o sistema capitalista. Estas eram reflexo do descontentamento da população diante das medidas impopulares do governo, principalmente, após o aumento das tarifas de transporte. Os primeiros protestos não foram numerosos, no entanto, assim como nos outros países, as redes sociais serviram como veículo de denúncia da violência policial e auxiliaram a difundir o sentimento de indignação diante do uso da violência por parte das forças policiais e do silenciamento das grandes mídias (Iasi; Lima, 2013).

Dentro deste cenário, as manifestações vão ganhando força e ampliando suas pautas e, apesar de não possuir caráter essencialmente partidário, os movimentos políticos tradicionais (sindicatos e partidos) se incluíram nas novas dinâmicas de mobilização social. Logo, a palavra de ordem “não é apenas por 20 centavos” tornou-se uma das principais bandeiras defendidas pelos manifestantes para denunciar também a situação precária das escolas e dos hospitais, as remoções de milhares de famílias para realização da Copa do Mundo de 2014, a falta de segurança e, principalmente, a má gestão dos recursos públicos. Os dias 17 e 20 de junho de 2013 ficaram marcados por grandes manifestações que ocorreram em diversos estados do país, chegando a reunir cerca de um milhão de pessoas no Rio de Janeiro⁸.

As mobilizações que ocorreram no Oriente médio, na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil têm em comum, sobretudo, a crise de representatividade política como pano de fundo desses cenários de convulsões sociais. Destacam o uso das redes sociais como ferramenta essencial para organização política e a ocupação dos espaços simbólicos como nova estratégia de resistência nos

⁸ Para obter mais informações, acessar: <http://vozesdascomunidades.org/protesto-reune-um-milhao-de-pessoas-no-rio-de-janeiro/>

meios urbanos. Ainda em 2013 e ao longo de 2014 diversas manifestações ocorreram em diferentes cidades do Brasil, no entanto estas foram menos expressivas. A maioria dos manifestantes foram às ruas para denunciar a corrupção e a má gestão dos recursos públicos como principais fatores responsáveis pela intensificação da crise econômica sobre a classe trabalhadora no país.

Já no ano de 2015, a ocupação do espaço público torna-se ainda mais evidente enquanto estratégia desses novos movimentos a partir das ocupações de escolas que aconteceram no estado de São Paulo. Houveram manifestações de estudantes e professores aonde, mais uma vez, obtiveram resposta violenta da Polícia Militar e, diante disso, os estudantes saíram das ruas e ocuparam seus próprios colégios como forma de protesto, muito influenciados pelo recente contexto de ocupações globais, mas também pela Revolta dos Pinguins⁹, no Chile. Foram mais de 200 escolas ocupadas em resposta a decisão do governador Geraldo Alckmin em fechar 93 unidades para reestruturar o sistema de ensino por todo estado. Os estudantes que ocuparam suas escolas não estavam resistindo apenas contra o fechamento das escolas, suas pautas abrangiam a defesa de uma educação pública de qualidade, bem como a defesa dos direitos sociais. . Após um longo período de ocupações o governo de Alckmin recua na decisão da reorganização do ensino para dialogar com os estudantes.

1.2 – O Impeachment e a Constituição do Ocupa SUS RJ

Os anos de 2014 e 2015, ainda influenciados pelas jornadas de junho de 2013, foram marcados por diversas manifestações que preencheram as ruas em defesa de diferentes pautas, como as manifestações contra a corrupção e as mobilizações estudantis em defesa da educação pública. Já em 2016, as ocupações nos espaços urbanos continuaram sendo utilizadas enquanto estratégias de resistência popular, principalmente após a vitória obtida pelo movimento estudantil. No entanto, as ocupações emergem dentro de um cenário político nacional radicalmente modificado após o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer ao poder.

Dilma Rousseff foi acusada de infringir a lei de responsabilidade fiscal e, diante da crise econômica e política em que o país se encontrava, não conseguiu o apoio político necessário para

⁹ Em 2006, no Chile, mais de cem escolas foram ocupadas como forma de pressionar o governo chileno para dialogar com os estudantes secundaristas, que reivindicavam gratuidade no ensino e no transporte público. Ficou conhecida como revolta dos pinguins devido ao uniforme tradicional nas escolas públicas e privadas, o qual é obrigatório o uso de ternos e gravatas.

impedir o andamento do impeachment. Assim, o processo de impeachment foi aceito em dezembro de 2015, pelo até então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. A acusação de irresponsabilidade fiscal está diretamente relacionada com a lei orçamentária e a lei de improbidade administrativa.

A defesa de Dilma contou com o apoio de partidos como o PT, PC do B e REDE, que sustentaram como principal argumento contra o impeachment o andamento de um golpe parlamentar contra a presidente, este estaria sendo articulado pelo vice-presidente Michel Temer e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Já a oposição ao governo Dilma, contava com o apoio de juristas como Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo, além de lideranças de movimentos sociais conservadores como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua, Movimento Contra Corrupção e partidos como PMDB, PSDB, PP e DEM.

O processo de impeachment terminou então no final de agosto de 2016, aprovado pelo Senado com 61 votos a favor e 20 contrários ao afastamento da presidente. Ao ser destituída do cargo, assume o, até então, presidente interino Michel Temer. Este tinha como base de apoio os diversos partidos que votaram a favor do impeachment.

O impeachment causou grande impacto social, gerando a polarização política nas diversas camadas sociais. Os movimentos como MBL, Vem Pra Rua e Movimento Contra a Corrupção, por exemplo, que vinham ganhando força desde 2015 com manifestações expressivas e tinham como foco o combate à corrupção e em defesa do impeachment. Por outro lado, centrais sindicais como a CUT e movimentos de esquerda se reorganizaram em defesa da democracia e contra o impeachment.

Desde o início de seu governo, Temer já contava com uma alta taxa de impopularidade, chegando a ter a desaprovação de 68% das pessoas que eram a favor do impeachment e 88% dos que eram contrários. Segundo dados dessa mesma pesquisa anterior a posse de Temer à presidência, 79% dos entrevistados apoiavam novas eleições. Isto porque, desde que assumiu como presidente interino, Temer anuncia que seu principal objetivo no governo é melhorar a economia do país. Para isso, seu governo conta com uma série de Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) que buscam limitar o gasto público e restringir os direitos trabalhistas, incluindo a previdência social.

Assim, antes mesmo de ascender oficialmente à presidência, Michel Temer encarou manifestações contrárias ao seu governo em diversas regiões do país, como Brasília, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Esses protestos foram organizados por diferentes organizações políticas como movimentos sociais, sindicatos e partidos progressistas e de esquerda. No entanto, tinham

caráter heterogêneo em relação às perspectivas políticas, uma vez que, algumas mobilizações reivindicavam eleições gerais enquanto outras defendiam a volta de Dilma Rousseff à presidência.

Apesar dos diferentes posicionamentos políticos, todas as mobilizações tinham como principal bandeira de luta o “Fora Temer”, pois, diante de seu governo conservador, as medidas propostas pelo mesmo representariam um retrocesso significativo dentro das conquistas por direitos sociais. Algumas dessas medidas, como a Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista, bem como o congelamento do dinheiro investido na saúde e na educação pelos próximos 20 anos, teriam grande impacto na vida dos trabalhadores e, por isso, foram foco das discussões feitas por estas mobilizações sociais.

Para além das manifestações em ruas e praças, as mobilizações contra o governo Temer se expressaram também em forma de ocupações. No ano de 2016, foram cerca de 1150 escolas (estaduais e federais) e 102 universidades¹⁰ ocupadas por todo país em resposta à PEC55/16, além de ocupações nos ministérios da educação, cultura e saúde. Dentro desse contexto de ocupações enquanto estratégia de resistência no espaço urbano, surgiram novos modelos de organização política, como o Ocupa SUS RJ.

O Ocupa SUS RJ foi resultado de um conjunto de articulações que, cerca de um ano antes, buscavam novas estratégias para conseguir ampliar a luta em defesa da saúde pública. Assim, inspirado no modelo de ocupação dos secundaristas e universitários, de forma horizontal e autônoma, os trabalhadores da atenção primária, secundária e terciária do SUS se organizaram para estabelecer resistência diante da conjuntura política de polarização que se intensificou após o processo de impeachment da presidente Dilma.

A partir de uma plenária puxada por movimentos sindicais, o coletivo que se reunia anteriormente conseguiu ampliar seu espaço de debate com foco em dois principais eixos: a necessidade de se posicionar contra o governo ilegítimo de Michel Temer e em defesa do SUS. Este coletivo foi composto por estudantes, trabalhadores da área da saúde e usuários que entendiam a ocupação como a melhor estratégia para dar visibilidade às pautas em defesa do SUS naquele momento.

Dessa forma, no dia 8 de junho de 2016, após um ato em defesa da saúde pública no Centro do Rio de Janeiro, os manifestantes se encaminharam para o prédio do Ministério da Saúde,

¹⁰Para saber mais sobre as escolas e universidades ocupadas, ver link do mapa das ocupações: <https://exame.abril.com.br/brasil/o-mapa-das-ocupacoes-de-escolas-e-faculdades-contratemer/>

localizado na Rua México, e ocuparam o corredor do 9º andar. A ocupação durou cerca de 20 dias e contou com a cerca de 70 pessoas que participaram ativamente da ocupação, chegando a ter mais de 150 visitantes. A ocupação contou com diversas atividades políticas e culturais, como assembleias, reuniões, plenárias, aulas públicas e festival cultural em parceria com o Ocupa Minc. Além dessas atividades, os ocupantes produziram um manifesto sobre a realidade da saúde pública no Brasil e a necessidade de organizar os trabalhadores e usuários do SUS para defender um modelo de assistência em saúde gratuito e universal.

O coletivo denominou-se suprapartidário, apesar de ter militantes de diversos partidos e organizações e, também, pessoas autonomistas¹¹. Havia tensões internas, porque havia a tentativa de conjugar todos esses posicionamentos e pontos de vista (tanto de militantes partidários quanto de autonomistas). Esse coletivo definiu sua linha política e pautas contra a precarização e privatização das relações de trabalho e da saúde, mas também contra o governo e suas medidas de desmonte à saúde pública e contra as nomeações arbitrárias no campo de gestão da saúde.

Havia pautas específicas como a nomeação de Jair Veiga para assumir o Departamento de Gestão Hospitalar (DGH) somado com o contexto de ocupações de escolas e a ocupação do Ministério da Cultura que favoreceram a decisão do grupo de fazer a ocupação. Esse grupo vinha fazendo articulações com outros coletivos como a Frente Povo Sem Medo e o Ocupa Minc, além de algumas centrais sindicais, como a CSP Conlutas, dando origem à ocupação.

Apesar de não ter uma linha política homogênea e pautas abrangentes, o movimento protagonizado pelos trabalhadores da área da saúde ganhou cada vez mais espaço, não deixando dúvida que a unificação da luta se dava contra o avanço da precarização da saúde e do trabalho. A ocupação tinha como objetivo ganhar visibilidade para a luta pela saúde pública, reivindicando também um sistema público de saúde democrático e de qualidade.

¹¹ Com base nas entrevistas realizadas com as pessoas que se fizeram presentes no processo de ocupação do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro, o termo autonomista é utilizado para se referir aos ocupantes que não estavam vinculados a nenhum movimento social ou organização política partidária.

2 - Ocupa SUS no histórico das lutas pela saúde pública no Brasil

2.1- Histórico da luta pela saúde pública no Brasil

A História mostra que saúde e política estão intimamente interligadas. Dependendo dos interesses políticos de determinado governo, a saúde passou a ser mercadoria ou artifício para o bem-estar da população. No Brasil, a saúde pública tornou-se uma questão política de Estado desde o início do século XX. Isto porque, o próprio processo de modernização e industrialização do país, que já vinha ocorrendo desde o início da República, estava sendo prejudicado pelo alastramento de uma série de doenças que afetava toda a população e principalmente os trabalhadores. A partir desse momento, o governo federal passou a investir na criação de instituições, como a Diretoria Geral de Saúde Pública em 1903, com o objetivo de implementar políticas públicas de saúde (Escorel e Teixeira, 2008).

O Estado passou a atuar, dentro de uma perspectiva nacional, nas áreas da medicina previdenciária e da saúde pública, provendo importantes medidas que mais tarde dariam origem ao sistema previdenciário atual, como as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) e a Reforma Carlos Chagas, ambas no ano de 1923. Durante as décadas de 1930 e 1940, os governos de Getúlio Vargas começaram a implementar políticas públicas voltadas ao atendimento de reivindicações dos trabalhadores, que ganhava força desde a década de 1910 (Lima, Fonseca e Hochman, 2005).

Essas medidas voltadas para saúde pública estavam baseadas no controle de endemias rurais, tendo em vista o aumento do fluxo migratório do campo para os grandes centros urbanos que se consolidaram, e nas campanhas sanitárias. Enquanto para a Seguridade Social, foi desenvolvido, ainda nos anos 30, os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), que garantiam alguns benefícios aos trabalhadores formais urbanos (Bravo, 2001). Ainda sob o domínio de Vargas, no Estado Novo, o governo desenvolveu parcerias com instituições estrangeiras, como a Fundação Rockefeller, que aumentava o investimento na área da saúde pública. Além do aumento do investimento na área da saúde, uma importante mudança institucional foi a criação do Ministério da Saúde, em 1953, já no governo constitucional de Vargas (Lima, Fonseca e Hochman, 2005).

Ao longo da década de 1950, ao mesmo tempo em que houve maior investimento público para melhorar as condições sanitárias, houve também o avanço do setor privado no desenvolvimento da atenção hospitalar. Dentro do cenário de fortalecimento do capitalismo ao

redor mundo, as associações privadas de medicina pressionavam o governo brasileiro a adotar medidas que favoreciam o avanço das políticas de privatizações dentro do setor. Caso fossem aprovadas, essas medidas permitiram ao setor privado oferecer os mesmos serviços fornecidos pelos IAPs à população, o que não ocorreu efetivamente até a década de 1990.

Já na época da ditadura civil-militar, em 1964, mascarado por uma política de “desenvolvimento socioeconômico”, o país sofre com a remodelação da perspectiva das políticas públicas. Dessa forma, o Estado passou a ter maior controle da sociedade e menor interação com as reivindicações dos trabalhadores, excluindo-os dos espaços de construção das políticas governamentais. A saúde então continuou sendo pauta de governo, quando é criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 1966, formado pela união dos IAPs. Além da criação do INPS, o período da ditadura foi marcado ainda por campanhas cívicos-militares, que faziam parte das políticas assistenciais desenvolvidas e cumpriam o papel de aproximação e legitimação do governo junto à população, como também uma espécie de controle sobre as regiões do interior do país.

Ainda no âmbito da saúde, foram desenvolvidas parcerias público-privadas que representavam uma modernização no atendimento e assistência em saúde para a população de forma geral. No entanto, sob a lógica capitalista, essas medidas impulsionaram o setor privado dentro das políticas nacionais de saúde pública e na previdência social (Bravo, 2001). A saúde passou a adotar uma política de “medicalização da vida social”¹² e, assim, incentivou o processo de mercantilização da saúde, ou seja, a criação do complexo médico-industrial que adquire seu lucro através do acesso às consultas clínicas e a venda de medicamentos.

Até então, as políticas voltadas à saúde pública desenvolvidas até final da década de 1980, não visavam transformar a saúde em um sistema universal, pois atendiam apenas aos trabalhadores formais e seus dependentes. Esse cenário começou a se modificar a partir do final dos anos 70 com as críticas feitas pelo Movimento de Reforma Sanitária, que lutava pela universalização do acesso à saúde e por um atendimento de qualidade para toda a população (Paiva e Teixeira, 2014).

A década de 1980 foi marcada pelo conjunto de mobilizações sociais que preencheram o cenário político da época e tinham como principais reivindicações compostas por diversos setores

¹² Medicalização da vida social é um conceito utilizado por Maria Inês Bravo para se referir à apropriação da medicina na vida cotidiana, gerando impacto nos costumes e comportamentos sociais e impulsionando a compra e venda de medicamentos.

da sociedade civil, além de movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos que a buscavam pelo fim da ditadura e pela implementação de um sistema democrático. Dessa forma, as discussões sobre democracia se relacionavam com a necessidade de ampliação dos direitos e garantias sociais que envolviam toda uma demanda de reorganização da sociedade.

A saúde passou a ser amplamente discutida sob o enfoque democrático através dos debates com estudiosos, trabalhadores da área da saúde, partidos políticos de oposição ao regime militar e movimentos sociais, além do próprio movimento sanitário. O projeto político sustentado pelo Movimento de Reforma Sanitária teve como base a articulação entre esses novos sujeitos que passaram a pensar coletivamente em um novo modelo de saúde pública.

Esses debates compostos por forças políticas heterogêneas tiveram como principais veículos de divulgação o Centro Brasileiro de Estudos De Saúde (CEBES) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), que cumpriam o papel de disseminar a visão que o Movimento de Reforma Sanitária tinha a respeito de um modelo de saúde pública universal e de qualidade, o qual abrange uma concepção de saúde para além da ausência de doenças e deve ser garantido pelo Estado.

O Movimento Sanitário já vinha ganhando forças tanto no âmbito acadêmico, quanto na prática, pois tinha o caráter de aproximação com a classe trabalhadora. Sustentava em seu discurso a necessidade da descentralização das políticas públicas de saúde para, assim, assegurar a autonomia dos estados e municípios para desenvolver políticas de saúde voltadas para as demandas locais. Dessa forma, nos espaços como Conselhos e Conferências Nacionais de Saúde, passaram a ser incorporadas também pautas relacionadas com a participação popular no processo de gestão das políticas públicas de saúde, ao mesmo tempo em que investissem na capacitação técnica dos trabalhadores para garantir o controle social sobre as mesmas (Escorel,2009).

Deste modo o Movimento de Reforma Sanitária protagonizou um papel importante a esse respeito no campo da saúde. Processo que resultou na realização da VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS) em 1986, marcada pelo debate entre saúde e democracia. Contou com a participação de mais de quatro mil pessoas, dentre eles sujeitos representativos da população (sindicatos, associação de moradores, partidos, etc.), que definiram os princípios e diretrizes que posteriormente moldaram o Sistema Único de Saúde ao ser oficializado pela Constituição de 1988, enquanto dever do Estado e direito de todos os cidadãos (Bravo, 2001).

A instituição do SUS na Constituição de 1988 foi uma grande vitória para a população

brasileira (Escorel, Nascimento e Edler, 2005). No entanto, ao ser legalizado pela Constituição de 1988, o projeto inicial que foi definido na VIII CNS sofreu alterações significativas. Isto porque o projeto defendido pelo Movimento de Reforma Sanitária ia de encontro com o projeto privatista sustentado pelas grandes empresas de assistência hospitalar e pela indústria farmacêutica. Por fim, o modelo de assistência à saúde que foi institucionalizado abrangeu grande parte das reivindicações feitas pelo Movimento de Reforma Sanitária, mas favoreceu também os serviços privados ao definir, por exemplo, seus serviços oferecidos como complementares aos serviços públicos.

A regulamentação do SUS foi baseada nos cinco princípios definidos como fundamentais para garantir o atendimento de qualidade nos serviços de saúde. São eles:

- Equidade: Este princípio entende que, apesar de serem garantidos direitos iguais por lei, o acesso a esses direitos se dão em condições específicas, ou seja, é preciso colocar em prática formas alternativas de garantir que pessoas com determinadas dificuldades tenham acesso aos seus direitos.

- Universalidade: Os serviços oferecidos pelo SUS devem atender a toda população brasileira, sem restrição ou discriminação. Além disso, o SUS passou a ser financiado com dinheiro público arrecadado de impostos de todos os trabalhadores.

- Integralidade: Busca colocar em prática o conceito mais amplo de saúde que vai além da ausência de doenças e foi definido pelo movimento de reforma sanitária e garantido pela Constituição, ou seja, compreende a saúde sob o aspecto biológico, social, econômico e, até mesmo, espiritual. Dessa forma, os serviços de saúde devem dialogar entre si formando uma rede, na qual o paciente que tem seu primeiro cadastro pode ser encaminhado para outras unidades de saúde visando melhor acompanhamento.

- Descentralização: Para melhorar a gestão e o atendimento dos serviços de saúde, a descentralização permite uma aproximação do SUS com a população, construindo unidades de saúde em diversos bairros, cidades e estados.

- Controle Social: Garante a participação popular no processo de gestão do SUS, ou seja, as pessoas podem (e devem) participar no processo de construção de políticas de saúde baseadas nas demandas locais, tendo também grande importância sua participação nos Conselhos e Conferências de Saúde.

Após ser institucionalizado, em 1990, o SUS enfrentou grandes dificuldades para se concretizar na prática, uma vez que era necessário haver uma reestruturação do atendimento em

saúde a nível nacional. Além desses obstáculos que envolvem a estrutura e a mão de obra qualificadas necessárias para atender à descentralização, houve também a diminuição do poder político do Movimento de Reforma Sanitária, já no fim dos anos 80.

2.2 - Novas organizações e um mesmo objetivo a atingir

Apesar de ter passado por significativos avanços no que diz respeito à garantia de direitos no período pós- ditadura, a redemocratização que ocorreu na década de 1980 não foi suficiente para impedir que chegasse ao Brasil a onda neoliberal que se disseminou por diversos países do mundo. Assim, já na década de 1990, com o presidente Fernando Collor de Mello, o governo adota uma série de medidas que representaram obstáculos para o desenvolvimento de políticas públicas. Podemos tomar como exemplo as alterações significativas na Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990), que abriram espaço para que os serviços prestados pela iniciativa privada fossem garantidos como complementares na área da saúde (Noronha, Lima e Machado, 2008).

A década de 1990, como já foi dito anteriormente, foi marcada pelo avanço das políticas neoliberais e de desmonte das políticas públicas. Dessa forma, a saúde passa a ser vinculada à perspectiva privatista de modo que o conjunto de leis e diretrizes que norteiam o SUS passaram a ser limitadas em função da lógica de mercado. Com o sucateamento dos serviços oferecidos pelo Estado, o setor privado se fortaleceu oferecendo os mesmos serviços que o sistema público.

Ao mesmo tempo em que há o fortalecimento da perspectiva capitalista dentro das políticas de governo, há o enfraquecimento das forças progressistas que antes protagonizaram as principais resistências ao regime militar. Dentre essas forças, o Movimento de Reforma Sanitária se inclui, principalmente, após o processo de institucionalização e incorporação das principais lideranças do Movimento. Segundo Fleury (1989), este processo de burocratização da luta pela saúde pública afastou gradualmente as camadas populares do debate mais amplo sobre a saúde enquanto direito social.

O acirramento da crise e as medidas neoliberais impostas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso configuram um cenário de dificuldades de mobilização nos setores de esquerda, como movimentos sindicais e partidos que antes atuavam fortemente na luta pela democracia. Dentro desta perspectiva, as principais forças de esquerda, representadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT), pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), direcionavam seus esforços com foco na via eleitoral enquanto saída para atender as demandas da classe trabalhadora.

Isto porque, desde sua criação nos 80, o PT foi o partido que representava os interesses dos trabalhadores e diferentes forças políticas, incluindo lideranças de movimentos de oposição ao regime militar, sindicalistas, intelectuais e artistas. Ainda na eleição de 1989¹³, o PT se fez expressivo chegando ao segundo turno da eleição com Luiz Inácio Lula da Silva como candidato. Apesar de ter sido eleito Fernando Collor para presidente, ao longo da década de 1990, o PT garantiu sua ampliação através das eleições municipais e estaduais.

No campo da saúde, as movimentações feitas tinham como objetivo, exclusivamente, defender o modelo de assistência em saúde institucionalizado pela Lei nº 8.080, que regulamenta o SUS. Assim, a disputa passou a ser feita no âmbito da institucionalidade, embora o projeto inicial defendido pela Reforma Sanitária tenha sido substituído pela defesa do SUS diante dos ataques da iniciativa privada e do aumento das privatizações que ocorreram no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Após lançar sua 4ª candidatura, Lula é eleito em 2002 com 46,44% dos votos da população brasileira. Ao longo da campanha, o discurso sustentado pelo PT abarcava grande parte das reivindicações feitas pelos trabalhadores na década de 1980, ressaltando a necessidade de grandes transformações sociais, econômicas e políticas no país. Apesar de seu discurso, o governo Lula cumpriu o papel dar continuidade às políticas neoliberais que vinham sendo implementadas por FHC, fato que se torna evidente quando Lula, antes mesmo de ser eleito, assina a *Carta ao Povo Brasileiro*, na qual se compromete a não interferir no modelo econômico brasileiro, conquistando então a confiança dos grandes investidores do capital (Escosrim, 2015).

Dentro das discussões conjunturais atuais, esse se tornou marco histórico de separação entre as forças de esquerda mais radicais e as políticas de governo adotadas pelos governos do PT. Estes entendiam que era necessário, para atender efetivamente as demandas da classe trabalhadora, a transformação do sistema capitalista e do seu modo de produção. Nesse primeiro momento, o governo adota como estratégia o desenvolvimento de programas que buscavam amenizar os efeitos da pobreza no país, como programa Fome Zero e, posteriormente, o Bolsa Família.

Diante do cenário de crescimento econômico do país, o governo passou a expandir as

¹³ A eleição de 1989, seguida ao governo de José Sarney (em 1985), foi a 1ª eleição que teve de fato a participação popular desde a ditadura militar ao governo.

políticas sociais nos diferentes setores (saúde, educação, etc.), ao mesmo tempo em que garantia o crescimento da iniciativa privada, através das parcerias público-privadas. Na saúde, por exemplo, o governo promoveu discussões que relacionavam diretamente saúde ao desenvolvimento do país, “transcendendo a discussão das políticas de saúde para além da atenção à saúde e inserindo a saúde como um dos pilares do crescimento industrial” (Menicucci,2011).

Assim, foram desenvolvidos quatro principais programas voltados para a assistência em saúde, são eles: Programa Brasil Sorridente, voltado para o atendimento da população nos serviços de saúde bucal por todo país; Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), promovendo o atendimento móvel de emergência antes da chegada do paciente ao hospital; ampliação das políticas de atenção básica através do Programa de Saúde da Família (PSF); e, por fim, a implementação da chamada Farmácia Popular, a qual é baseada na parceria público-privada que estabelece a venda de determinados medicamentos com desconto de até 90% através do financiamento do governo. (Escorsim, 2015)

Essas estratégias garantiram legitimidade ao governo perante a população, principalmente por ampliar os serviços de saúde para população de baixa renda. No entanto, o aumento significativo de terceirizações e a precarização dos serviços públicos caracterizaram um cenário de tensionamentos políticos diante do projeto privatista que se estabelecia para a saúde pública. Nos governos do PT que se seguiram, houve ainda o crescimento dos modelos de gestão privatizantes, como as Organizações Sociais (OS). A própria criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), já no governo da presidente Dilma Rousseff, concretiza legalmente a implementação da lógica de mercado e a perda da autonomia universitária (Bravo; Menezes, 2011).

Diante desse contexto, mais uma vez, os trabalhadores da área da saúde se organizaram para defender a saúde pública, universal e de qualidade, princípios que norteavam o Movimento de Reforma Sanitária e foram institucionalizados na Constituição de 1988, através do SUS. Ainda que de forma fragmentada, os movimentos e frentes, como o Fórum de Saúde, a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS) e Luta Antimanicomial se fizeram presentes nos processos de resistência ao desmonte do SUS.

O Movimento Antimanicomial, por exemplo, é um movimento de trabalhadores e usuários dos serviços de saúde mental que militam de forma orgânica, desde o final da década de 1980, reivindicando a reforma psiquiátrica. No entanto, há ainda barreiras sociais e culturais que impedem que as políticas públicas de saúde mental avancem no que diz respeito aos direitos sociais

e proteção de pessoas com transtornos mentais.

Apesar de ter se fragmentado ao longo do tempo, no Rio de Janeiro manteve-se o nome Luta Antimanicomial e este movimento busca ainda nos dias atuais o fim dos manicômios e do tratamento desumanizado que vem sido implementados historicamente. Como aponta Carlos Maurício Barreto no V Seminário de Saúde Mental¹⁴, “Precisamos pensar estratégias necessárias para continuar militando e resistindo aos ataques que a Saúde sempre sofreu. Não cabe a Saúde Mental tornar o mundo mais analisável. Cabe a Saúde Mental tornar o mundo mais humano”.

Ainda nesse sentido a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS)¹⁵, frente composta por diferentes fóruns estaduais, se faz presente na luta em defesa do SUS enquanto política estatal, cujo dever é garantir serviços gratuitos e de qualidade à população. Desse modo, a FNCPS atua também como veículo de denúncia de políticas neoliberais que favorecem os interesses das OS, a EBSEH e as Fundações Públicas de Direitos Privados, intensificando o processo de sucateamento do SUS.

É importante destacar que a FNCPS atua em defesa saúde pública em âmbito nacional, enquanto o Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, criado em 2005 diante da crise da saúde no Rio de Janeiro, constitui um importante espaço de discussões sobre políticas públicas de saúde em âmbito estadual. Diante da falta de representatividade de instituições como CEBES e ABRASCO, instituições que outrora cumpriram papel fundamental enquanto veículos de divulgação do projeto político que era defendido pelo Movimento de Reforma Sanitária, houve a necessidade de reorganização das forças de esquerda em torno das pautas de saúde. Isto porque, segundo Dantas, (2014,p329), “Eis a disputa de sentidos que está colocada para a esquerda mundial desde a chamada crise do marxismo, na qual se inclui evidentemente o Movimento Sanitário”.

Esses movimentos, apesar de intervir em diferentes eixos, possuem como pano de fundo a luta em defesa do sistema público de saúde. Apesar de não ser objeto desta pesquisa, destacamos ainda a importância desses movimentos e frentes que atuam, ainda que de forma fragmentada, em defesa do SUS como parte do projeto político garantido na Constituição de 1988 e contra a precarização do trabalho e avanço das privatizações nos setores de atendimento e gestão da saúde. Esse cenário de avanço das políticas neoliberais se intensificam com o processo de impeachment

¹⁴ Para saber mais, acessar matéria sobre o V Seminário de Saúde Mental disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/acontece-na-epsjv/30-anos-de-luta-antimanicomial>

¹⁵ Para saber mais detalhes sobre a FNCPS acessar: <http://www.contraprivatizacao.com.br/>

da presidente Dilma Rousseff, em 2016, período em que há a necessidade de reorganização das forças de esquerda nos diferentes setores sociais, não apenas na saúde.

3- O Ocupa SUS RJ no atual contexto político

3.1 – A nova correlação entre as forças e conformação política do Ocupa SUS RJ

O cenário político que se consolidou com a ascensão de Michel Temer à presidência, logo após o processo de impeachment da presidente Dilma, intensificou a crise política que disseminava por todo o país. O governo Temer colocou em andamento propostas de Reformas que retiram direitos dos trabalhadores, como a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista. Ainda no âmbito das políticas sociais, o governo propõe o congelamento do investimento nas áreas da saúde e da educação pelos próximos 20 anos (PEC 55), além de implementar medidas que restringem o atendimento do SUS, como as portarias 958 e 959 que extinguem a obrigatoriedade dos Agentes Comunitários de Saúde nas equipes de atendimento a saúde da família.

Ainda nesse sentido, a extinção do Ministério das Mulheres, de Igualdade Racial e dos Direitos Humanos demonstram o caráter conservador em que seguiam as políticas implementadas pelo governo Temer. Na área da saúde, especificamente, a nomeação de Ricardo Barros para ministro da saúde explicita também esse caráter conservador que o governo buscava consolidar. Pela primeira vez desde a criação do SUS, temos um ministro da saúde que defende a redução do tamanho do SUS e a implementação de planos de saúde populares, além de insistir na necessidade de participação da Igreja na discussão sobre a legalização do aborto no Brasil.

Diante desse contexto as forças políticas, que já vinham se articulando contra o avanço do projeto privatista na área da saúde, se organizaram para realizar uma ação direta que garantisse maior visibilidade para as pautas defendidas pelos movimentos e frentes em defesa da saúde pública. Dessa forma, movimentos como o Fórum de Saúde do Rio de Janeiro e a Luta Antimanicomial, além de frentes e centrais sindicais vinculadas a organizações partidárias como a Frente Povo Sem Medo, o setorial de saúde do PSOL e a CSP Conlutas tiveram papel fundamental

para iniciar a ocupação no Ministério da Saúde.

Assim, após a reunião que se deu no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), o grupo formado por forças políticas heterogêneas se articulou diante da necessidade de uma resposta imediata à conjuntura política que se estabelecia, ao agravamento da crise na saúde e ao processo de desmonte do SUS. Nesse primeiro momento, o coletivo que se articulava até então optou pela ocupação enquanto ação direta mais adequada para ampliar o espaço de debate com foco em dois principais eixos: a necessidade de se posicionar contra o governo ilegítimo de Michel Temer e em defesa do SUS. A ocupação ocorreu no dia 8 de junho de 2016, no 9º andar do prédio do Ministério da Saúde, localizado na Rua México.

“Chegamos ontem pela manhã em uma frente ampla composta por diversos movimentos sindicais e da área saúde e montamos nossa ocupação vigília no saguão do nono andar do prédio. Fomos então recebidos no gabinete da direção de hospitais do NERJ, onde escutaram nossas propostas e quando anunciamos que iríamos ocupar o prédio.”

A princípio, apesar de ouvir as demandas dos ocupantes, a diretoria do prédio não estava disposta a negociar nem mesmo a abertura dos portões fora do horário comercial de funcionamento, impedindo então que novos trabalhadores entrassem no prédio para dar corpo à ocupação. No entanto, os manifestantes conseguiram negociar uma lista, na qual autorizava a entrada dos trabalhadores que estivessem com o nome nela.

Os manifestantes produziram vídeos, imagens e textos, amplamente divulgados nas redes sociais, os quais explicitavam as principais pautas que motivaram a ocupação. Apesar de ser composto por movimentos que atuavam em pautas específicas relacionadas à saúde (como a Luta Antimanicomial e a FNCPS), as pautas que unificavam os trabalhadores iam além da defesa do SUS, voltadas ao entendimento mais amplo da concepção de saúde, como podemos ver adiante nos trechos retirados do Manifesto produzido pelos mesmos:

“Somos trabalhadores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), movimentos sociais e sindicais em defesa da saúde pública universal, gratuita e de qualidade. Ocupamos um prédio que simboliza o patrimônio público fruto de muita luta e vislumbrando um projeto de sociedade, reforçando que o Sistema Único de Saúde é uma conquista popular. Frente à forte ameaça de desmonte desses direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, não aceitaremos nenhum direito a menos.

Ocupamos o Ministério da Saúde porque não reconhecemos o governo ilegítimo de Michel Temer, que sem nenhuma legitimidade pretende impor um grande pacote de cortes nos direitos sociais. Não aceitaremos que a Saúde, direito constitucional e UNIVERSAL de todos os brasileiros; e o SUS, maior política social

do país e conquista popular histórica, seja alvo de mais cortes anunciados por esse governo para garantir um ajuste fiscal que quer impor aos debaixo a conta da crise econômica. ”

Diante do contexto de ataques, não apenas à saúde, mas aos direitos sociais de modo geral, os trabalhadores se mobilizam em defesa do serviço público. A ocupação se tornou então um espaço de resgate, ainda que inicial, dos debates realizados pelo Movimento de Reforma Sanitária nos anos 70 e 80. Como podemos analisar no manifesto, a organização dos trabalhadores da saúde é pautada por reivindicações que dizem respeito, não apenas ao setor de saúde, mas a uma percepção ampla da realidade política em que se baseia a atuação do governo.

Inicialmente o Ocupa SUS RJ detinha, como pautas gerais, a defesa do sistema de saúde público, universal e de qualidade. Após a primeira reunião realizada, ainda no dia da ocupação, foram definidas as pautas específicas que mantiveram aquele coletivo de trabalhadores¹⁶ ocupando um espaço público ao longo dos 20 dias que se seguiram. São elas:

- Pelo fim da PEC 87 que, naquele momento, já estava em tramitação no legislativo e visava a ampliação de 30% da Desvinculação da Receita da União (DRU).

- Contra a nomeação de Ricardo Barros como ministro da Saúde uma vez que este se declara, como já foi dito anteriormente, favorável ao desmonte do SUS.

- Contra a indicação de Jair Veiga para o Departamento de Gestão Hospitalar (DGH), pois o DGH é responsável pela gestão da rede de 6 hospitais federais no Rio de Janeiro e pela administração de uma quantidade significativa de recursos. Além disso, segundo os ocupantes, “[Jair] Veiga é conhecido por sua truculência com os servidores e por assediar moralmente diversos trabalhadores”.

- Contra a indicação de Fátima Pelaes para Secretária das Mulheres, devido aos seus posicionamentos conservadores e sua proposta de modificação da Lei de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (através do PL 3069/13), representando um grande retrocesso aos direitos já garantidos às mulheres vítimas de violência sexual.

¹⁶ Cabe ressaltar ainda que estas pautas foram apoiadas pelas seguintes organizações políticas: Frente Povo Sem Medo / Fórum de Saúde do Rio de Janeiro / Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde / Núcleo Estadual do Movimento da Luta Antimanicomial / Intersindical CSP – Conlutas / CTB / CUT / Unidade Classista / Rede de Médicas e Médicos Populares / Sindicato dos Enfermeiros do RJ / Movimento de Luta Oposição Sindical ASFOC de Luta / Associação dos Servidores do Instituto Nacional de Cardiologia / Trabalhadoras e trabalhadores do SUS / Frente Brasil Popular / CEBES / Saúde pela Democracia

- Contra as portarias 958 e 959, entendendo como fundamental a participação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) nas equipes de Saúde da Família.
- Contra a gestão conservadora que, acompanhada de fundamentalistas religiosos, promovem grandes retrocessos na saúde pública visando a lógica de mercado.
- Contra a Política de Drogas proposta pelo Ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra.
- Contra a política de precarização do trabalho e privatização dos serviços de atendimento e gestão da saúde, como buscam implementar as OS, a EBSERH e as Fundações Públicas de Direitos Privados.
- Por fim, os ocupantes se declaram contra o governo ilegítimo de Temer e todos os retrocessos que este vem tentando implementar.

Já no segundo dia de ocupação foi realizada uma plenária no hall do prédio, contando com mais de 50 pessoas, para discutir o significado da ocupação em si. Este espaço foi importante para debater o processo de desmonte da saúde pública, entendendo a ocupação como uma das principais formas de resistência no contexto atual contra esse processo. Ao longo dessa plenária, o coletivo foi pressionado pela equipe de segurança do prédio que tentava impedir a entrada dos manifestantes no hall aonde ocorria o debate

“No momento do debate houve a quebra de acordo da Segurança e Coordenação do Prédio da NERJ-MS (Núcleo Estadual do Rio de Janeiro do Ministério da Saúde), que tem impedido o acesso ao edifício para servidores públicos e usuários do SUS - que vão ao local com o objetivo de participar dos debates e reivindicações da ocupação.”

Ainda no segundo dia de ocupação foi realizada a primeira vigília cultural, que foi uma tática desenvolvida pelo coletivo para garantir a segurança da ocupação a noite. Dessa forma, junto com os ocupantes do Ocupa Minc¹⁷, as vigílias culturais preencheram a Rua México com atrativos culturais, chamando mais atenção para a ocupação durante a noite.

Desde o início a ocupação contou com o apoio de diferentes forças políticas, vinculadas ou não às organizações partidárias, que contribuíam com doações de mantimentos (artigos de higiene, alimentos, etc), bem como a presença e apoio de figuras políticas, artistas, professores, etc¹⁸. Podemos destacar ainda que o Ocupa SUS RJ contou com o auxílio de organizações como o Mídia

¹⁷ O Ocupa Minc RJ foi a ocupação que ocorreu no Ministério da Cultura, no Rio de Janeiro, e desempenhou um papel fundamental de apoio do Ocupa SUS RJ. Para mais informações, acessar: <https://portalctb.org.br/site/component/tags/tag/ocupa-minc-rj>

Ninja enquanto veículo de ampla divulgação dos debates e das atividades realizadas na ocupação, além do suporte fundamental dado pelo coletivo do Ocupa Minc que ajudava na própria organização da ocupação.

Durante a ocupação foram realizadas diversas atividades como palestras, rodas de conversas, assembleias, plenárias e atividades culturais, além da organização de atos. Foram realizadas ainda aulas públicas abertas organizadas em conjunto com o Fórum de Estudantes da ENSP, como o Instituto de Medicina Social (IMS) e com os ASCs. Através dessas atividades o coletivo ampliou significativamente seu espaço de debate, visto que foi um espaço de integração entre estudantes de graduação e pós graduação, de profissionais da área da saúde e usuários.

Essa foi uma importante estratégia adotada pelo coletivo para manter a ocupação ativa durante o dia, tendo em vista que a maioria dos trabalhadores que ocuparam aquele espaço não estavam em greve em seus respectivos trabalhos. Assim, a ocupação contava com atividades durante o dia, tendo em média de 20 a 40 pessoas, enquanto a noite cerca de 10 a 15 pessoas se revezam para dormir na ocupação.

Ao longo dos 20 dias de ocupação que se seguiram no corredor do 9º andar, se agravaram as questões relacionadas à administração do prédio em função do fluxo contínuo de pessoas fora do horário comercial e das atividades realizadas pelo coletivo no hall do prédio. Para garantir a segurança dos ocupantes, o coletivo, após a segunda maior plenária que realizada, listou as condições em que se encontravam na ocupação:

- 1. Restrição de acesso ao prédio, principalmente fora do horário de expediente;**
- 2. Restrição de circulação dos ocupantes nas dependências do prédio. Durante o final de semana ficamos restritos ao uso de elevador somente acompanhados da equipe de vigilância.**
- 3. Perda de livre trânsito pelas escadas até o nível térreo, impedindo o uso de rota de fuga de emergência.**
- 4. Os ocupantes não têm nenhuma gerência sobre a iluminação e climatização nos espaços ocupados;**
- 5. Acesso a apenas um banheiro para banho e uma copa que se encontra distante (no térreo) do andar ocupado;**
- 6. A ocupação tem necessidade de mais espaço e estrutura para comportar todo o fluxo de atividades e mobilizações que a constituem.**

Apesar de tornar pública as condições em que se encontravam, a administração do prédio e a direção do NERJ não se sensibilizaram com as demandas dos ocupantes, recusando a possibilidade de qualquer negociação. O coletivo ainda reiterou o motivo da ocupação e a necessidade de haver diálogo entre os ocupantes e a administração do prédio.

“Nós, trabalhadores, estudantes e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), representantes de diversas frentes e entidades políticas de saúde, estamos ocupando o Ministério da Saúde no Rio de Janeiro (NERJ) desde o dia 08 de junho de 2016. Ocupamos como forma de resistência a este governo ilegítimo representa uma ameaça ao direito à saúde pública universal e de qualidade garantidos constitucionalmente, aprofundando os processos de privatizações e precarizações já em curso. Até o momento a ocupação vem se dando de forma pacífica, buscando dialogar com os servidores federais, estaduais, funcionários terceirizados e usuários do SUS em espaços horizontais e autogeridos.

PORTAS FECHADAS PARA NEGOCIAÇÕES

Desde seu início, a ocupação tem se deparado com uma baixíssima abertura ao diálogo junto por parte administração do prédio e da direção do NERJ. Se esquivando de suas responsabilidades, tem deixando este papel para a equipe de vigilância patrimonial, que é terceirizada e não tem nenhuma autonomia de negociação. Isso expõe de maneira perversa e desnecessária estes trabalhadores e os próprios ocupantes.”

Os ocupantes tiveram que conciliar a vida acadêmica e/ou trabalho com a dinâmica da ocupação. Por diversos motivos, houve o desgaste físico e psicológico daquele coletivo que, ao longo dos 20 dias de ocupação, tiveram que manter suas rotinas em condições insalubres. Somado ao cansaço dos ocupantes, houve também o pedido de reintegração de posse, o qual cobrava 100.000 reais de multa a cada dia que a ocupação permanecesse no prédio. Nesse documento foram citados alguns dos integrantes da ocupação, além de movimentos e organizações, como sindicatos.

Realizaram então um grande ato na Candelária (24/06/16), o qual já vinham organizando junto a outras organizações políticas e frentes, em defesa do SUS, contra a privatização dos serviços públicos e contra a precarização dos trabalhos. O coletivo optou pela desocupação do prédio na semana seguinte ao ato, para garantir a segurança e integridade dos ocupantes. Assim, dia 27/06/2016, houve o movimento de desocupação do espaço, contando com oficina de cartazes e palavras de ordem. Foi feito também uma nota explicitando os principais motivos do fim da ocupação:

“Depois de 20 dias de uma ocupação vitoriosa, o OcupaSUS RJ vem comunicar que nesta segunda-feira (27/06/2016), às 10h, estamos nos retirando das dependências do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde (NERJ/MS).

Na última sexta-feira (24/06), mesmo dia em que colocamos o bloco na rua no Ato Político Cultural em Defesa do SUS, entidades que ajudaram a construir o movimento foram notificadas sobre uma ação de manutenção de posse exigindo a saída imediata do edifício ocupado. Como de costume, a resposta do Estado à luta dos movimentos sociais é sempre a repressão ou a ameaça do uso da força. Diante da truculência que não nos surpreende, decidimos coletivamente pela saída.

A ação jurídica-policial de 54 páginas possui claro teor político, uma vez que criminaliza a ação política de ocupação de prédio público, o que é absolutamente

inconstitucional. Esta ação “coincide” com a recente nomeação de Jair Veiga para diretor do Departamento de Gestão Hospitalar do NERJ. Em seu primeiro dia de trabalho o OcupaSUS RJ protestou contra sua nomeação. O mesmo tentou desqualificar o movimento perante os servidores do NERJ, o que confirma as denúncias sobre sua truculência e seu descompromisso com a gestão da coisa pública. Éramos um obstáculo em seu caminho.

Ocupamos e seguiremos resistindo porque não reconhecemos o governo ilegítimo de Michel Temer e todas as políticas de ataques aos direitos sociais que vem sendo anunciadas e intensificadas até aqui. Na Saúde, não reconhecemos o ministro interino Ricardo Barros que aponta como caminho a redução do tamanho do SUS, restrição do direito universal à saúde e ampliação do seu processo de privatização já em curso de longa data.

Seguiremos denunciando também a calamidade olímpica de Cabral, Paes, Pezão e Dornelles. Estes que promovem um megaevento para poucos e colocam suas relações espúrias com empreiteiras, empresários e afins acima do interesse público, quebraram o estado, entregam a gestão dos serviços de saúde para as Organizações Sociais (OS), cortam salários de servidores e funcionários, fecham leitos hospitalares e deixam a rede de serviços públicos sem os insumos mais básicos.

O Ocupa SUS RJ é e continuará sendo um movimento amplo formado por trabalhadores, usuários do SUS, movimentos sociais e sindicais em defesa da Saúde Pública como direito universal, com serviços gratuitos e de qualidade. Ao longo de 20 dias de ocupação mobilizamos instituições, aulas públicas, oficinas e atividades culturais. Nossa ação possibilitou um amplo, renovado e vivo debate sobre os rumos da saúde e do país. Recebemos grande solidariedade de diversas pessoas e movimentos, o que garantiu vida e sustentação política e estrutural à ocupação. Agradecemos a cada um dos apoiadores que, em sua forma e dentro de suas possibilidades, colaboraram e foram parte desse vitorioso movimento.

A ocupação é um meio de luta legítimo ao qual não renunciamos, e que vem sendo empregado de maneira vitoriosa e inspiradora no Brasil, seja com os estudantes secundaristas, o movimento de cultura, os Sem Terra e o Sem Teto. Mas, que é uma ferramenta, e não é um fim em si mesmo.

Por isso, seguiremos ocupando o SUS, nos mobilizando e agitando os mais diversos movimentos em defesa de um outro projeto de Saúde e de Sociedade. Em breve divulgaremos atividades convocando todos para discutirmos os próximos passos.

A hora é essa. É preciso afirmar que nosso lugar é a rua. Saúde foi, é e sempre será resistência e luta. Temer, Veiga, Barros, planos de saúde, OSs e todos os inimigos do direito à saúde, nos aguardem. Dizemos em alto e bom tom:

ESTA OCUPAÇÃO FOI APENAS O COMEÇO!

NENHUM DIREITO A MENOS!

POR UM SUS DO TAMANHO E À ALTURA DO POVO BRASILEIRO!!!”

3.2 – Articulações políticas posteriores a ocupação

Após a desocupação do prédio do Ministério da Saúde, o coletivo que compôs a ocupação continuou a se reunir ao longo do mês seguinte, realizando reuniões e rodas de conversa, além de ajudar na construção de atos unificados. Nesse momento, há uma maior interação entre as forças políticas que fizeram parte do Ocupa SUS RJ e os ocupantes do Ocupa Minc. As reuniões passam

a ser menos frequentes, apesar disso, dia 20/08/16 no Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, o coletivo volta a se reunir para realizar uma avaliação da ocupação. No documento elaborado pelo coletivo há propostas de seguir ampliando as mobilizações em defesa da saúde pública junto com outras forças políticas. Para isso, haveriam esforços em fundar uma Frente Ampliada em Defesa do SUS¹⁹, a qual contaria com a participação de movimentos, sindicatos, coletivos em busca de fortalecer e expandir a luta em defesa do SUS.

Outro desdobramento do Ocupa SUS RJ, foi a criação da Coletiva Feminista, ainda no período da ocupação, cuja finalidade era debater as questões de gênero dentro da ocupação. Esse coletivo formado por mulheres trabalhadoras da área da saúde também continuou a se reunir após a ocupação, promovendo debates e rodas de conversa sobre a participação das mulheres na política, parto humanizado, violência obstétrica e legalização do aborto. A Coletiva Feminista chegou a realizar, entre o período do dia 25 a 31 de julho de 2016, uma semana feminista no Palácio Capanema em conjunto com o Ocupa Minc.

Ao longo do período que se seguiu, o coletivo que deu origem ao Ocupa SUS RJ encontrou dificuldades em manter a periodicidade das reuniões, contudo, um ano após a ocupação, o coletivo voltou a se reunir no prédio do Ministério da Saúde para lembrar que as pautas reivindicadas pelos trabalhadores da saúde no ano anterior permaneciam vigentes. No entanto, as atividades previstas para a celebração de um ano de Ocupa SUS RJ tiveram que ser repensadas pelo coletivo, uma vez que a segurança do prédio impediu a realização das atividades no hall e no 9º andar. A programação contava com uma encenação do grupo Rap da Saúde, o qual reúne atividades lúdicas e debates sobre a saúde buscando propor atividades interativas entre o grupo e os espectadores. Após a apresentação, haveria um debate sobre a influência do Movimento de Reforma Sanitária no contexto atual e, por fim, haveria uma reunião da rede de médicos e médicas populares para debater os principais desafios que impedem o desenvolvimento do SUS como foi previsto na Constituição de 1988. Para finalizar a programação, haveriam ainda atividades culturais contando com a presença de DJs e blocos de carnaval que apoiaram a ocupação no ano anterior.

Ao impedir a entrada dos trabalhadores no prédio, a programação não pode ter continuidade e foi substituída por uma oficina de cartazes seguida de falas das principais lideranças do Ocupa SUS

¹⁹ A relatoria desta reunião de avaliação se encontra como documento anexo a esta pesquisa. Com base neste documento, a avaliação realizada pelo coletivo sobre o papel desempenhado pelo Ocupa SUS RJ e suas possibilidades de articulação com outras forças após o período de ocupação se encontra na íntegra.

RJ em frente ao prédio do Ministério da saúde. Houve também a apresentação do grupo Rap da Saúde e a roda de conversa com a Rede de Médicos e Médicas Populares na parte externa do prédio. Cabe ressaltar que ao longo dessas atividades, houve intimidações por parte da patrulha da polícia militar e dos seguranças do próprio prédio que acompanhavam a mobilização.

Apesar da irregularidade com que os integrantes se reuniram, o Ocupa SUS RJ esteve presente enquanto símbolo de resistência nas diversas manifestações que ocorreram ao longo do ano de 2016 e 2017. Dessa forma, o que começou como uma ação direta contra os ataques ao SUS, contra o Governo de Temer e contra a precarização do trabalho, transformou-se em um amplo espaço de articulação de forças e troca entre os trabalhadores e usuários da saúde pública no Rio.

Considerações finais

A partir da década de 90, o Estado opera em função da lógica de mercado, implementando políticas neoliberais e fortalecendo a iniciativa privada em diferentes setores sociais, decorrente desse processo há a intensificação do sucateamento e precarização do trabalho. Em contrapartida, novos movimentos sociais e organizações políticas emergem para pressionar e denunciar tais medidas que representam retrocessos no que diz respeito a luta por mais direitos e garantias sociais. No Brasil, ao longo do processo de Impeachment da presidente Dilma, o ano de 2016 foi marcado pelo início da reorganização das principais forças progressistas que, somadas aos movimentos e frentes que já atuavam contra o processo de desmonte dos serviços públicos, passam a compor, de maneira mais orgânica manifestações e debates em defesa dos direitos sociais e da democracia.

Especificamente na saúde, movimentos que atuavam sob eixos específicos passam a se articular de maneira ampla tendo como bandeira comum a luta em defesa do SUS, reivindicando melhores condições de trabalho e o fim das privatizações. No Rio de Janeiro, o Ocupa SUS RJ se tornou expressão dessa articulação ampla que, ao ocupar um prédio público do Ministério da Saúde, desenvolveu um vínculo com aquele espaço. Naquele momento, o coletivo definiu a ocupação como uma estratégia de ação direta capaz de garantir maior visibilidade para as pautas em defesa da saúde pública. Houve então um deslocamento dos debates sobre SUS que se davam, majoritariamente, no âmbito institucional, para as discussões sobre a saúde enquanto um direito social, nas atividades realizadas durante e após a ocupação

Ao longo dessa pesquisa, através da análise documental e de entrevistas, foi possível situar o Ocupa SUS RJ dentro do contexto geral das lutas atuais em defesa da saúde pública no Rio de Janeiro. Cabe ressaltar, como aspecto fundamental que norteou essa pesquisa, a relação entre o Ocupa SUS RJ e os movimentos sociais. Dessa forma, sob a perspectiva de análise da trajetória dos novos movimentos desenvolvida pela autoria Maria da Glória Gohn, não é possível caracterizar o Ocupa SUS RJ enquanto movimento social.

Isto porque, para defini-lo enquanto movimento social é preciso identificar as principais particularidades que caracterizam os movimentos sociais e, ao dialogar com a teoria dos novos movimentos sociais, percebemos que estes são compostos por uma base e liderança, possuem demandas bem definidas e se originam a partir de determinados conflitos sociais, além de manter

suas atividades políticas com certa periodicidade. Temos como exemplos de movimentos sociais atuais o movimento negro, de mulheres, de indígenas, estudantil e tantos outros.

Posto isso, o Ocupa SUS RJ não se enquadra como um movimento social, pois não atende às principais características de um movimento, sendo caracterizado como um coletivo que protagonizou as atividades durante e após a ocupação. Dessa forma, o Ocupa SUS RJ conseguiu desempenhar um importante papel político visto que proporcionou um espaço de discussão entre forças políticas heterogêneas, compondo então uma frente ampla que se fez presente em diversos protestos e atividades políticas, fortalecendo e ampliando os debates feitos em defesa da saúde pública.

Tendo em vista a congregação de forças políticas heterogêneas, as divergências políticas foram contornadas através de assembleias e plenárias, nas quais os manifestantes expuseram suas ideias para chegar a um consenso. No entanto, é possível apontar que os maiores tensionamentos foram externos, pois a Administração do NERJ impedia a expansão da ocupação e a ampliação das atividades no hall, além de impedir qualquer autonomia aos ocupantes, como controlar a temperatura e a iluminação do espaço ocupado. A diretoria colocou também seguranças para acompanhar os ocupantes aonde quer que estivessem localizados no prédio, gerando assim uma espécie de coerção.

Diferentemente da ocupação do Ministério da Saúde que se deu em outros estados, como Bahia e Minas Gerais, o Ocupa SUS RJ não tinha como caráter defender a volta da presidente Dilma Rousseff a presidência. O Ocupa SUS RJ reconheceu a ascensão de Michel Temer ao governo como uma movimentação política ilegítima, violando o dito estado democrático de direito vigente até então. Assim sendo, a principal bandeira de luta defendida pelo coletivo era o “Fora Temer”, manifestando descontentamento também com as nomeações de figuras políticas conservadoras, como Ricardo Barros e Jair Veiga, por exemplo.

O Ocupa SUS RJ teve como característica reunir diferentes coletivos políticos, frentes e fóruns, como o Fórum de Estudantes da ENSP, o Coletivo de Estudantes do IMS/UERJ, o Fórum de saúde do Rio de Janeiro, a Luta Antimanicomial, a Frente Povo Sem Medo, a central sindical CSP Conlutas, entre outros. A ocupação em si agregou inovações para os movimentos em defesa da saúde pública no Rio, uma vez que foi um espaço de congregação dessas forças distintas que já vinham compondo debates sobre a saúde pública, ainda que com enfoque em pautas específicas.

Ficou claro que a ocupação se tornou, diante da necessidade de organização das forças de esquerda, uma estratégia de aproximação das pessoas com o espaço público.

Ainda nesse sentido, os trabalhadores que ocuparam o Ministério da Saúde desenvolveram um vínculo político com aquele espaço e com as pessoas que estavam ali, diariamente, se entregando à luta por uma saúde pública, universal e de qualidade. Esse espaço foi responsável por criar uma identidade entre aquele coletivo ampliado e o SUS, além de retomar os debates protagonizados pelo Movimento de Reforma Sanitária sobre a saúde (enquanto direito social) e democracia. O Ocupa SUS RJ proporcionou ainda um importante espaço de formação de novos militantes em torno das pautas de saúde pública, possibilitando desdobramentos dentro das lutas em defesa da SUS, como o Nenhum Serviço de Saúde a Menos²⁰.

Destacamos ainda a importância de movimentações políticas como o Ocupa SUS RJ dentro do contexto de reorganização das forças progressistas e de esquerda, as quais fazem parte de um vasto campo de resistência política que se consolida historicamente. O Ocupa SUS RJ protagonizou um importante papel de articulação entre as forças que atuam em defesa da saúde pública e manteve suas atividades no ano de 2017, embora com menos regularidade. Assim, seus desdobramentos futuros não podem ser previstos, uma vez que o Ocupa SUS RJ foi para além da ocupação e mantém-se ativo até o presente momento.

²⁰ O Nenhum Serviço de Saúde a Menos teve início em agosto de 2017, após o anúncio da Prefeitura do Rio de Janeiro sobre o fechamento de 11 Clínicas da Família na Zona Oeste da cidade devido a necessidade de contenção de gastos. Essa medida traria como consequência a demissão de mais de 700 trabalhadores da saúde e 300 mil habitantes ficariam sem assistência. No entanto, após as mobilizações feitas pelo movimento e apoiadas por outros setores, como Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, o governo municipal recuou. Para saber mais, acessar a página do Nenhum Serviço de Saúde a Menos, disponível em: <https://www.facebook.com/pg/NenhumServicoMenos/about/?ref=page_internal>.

Referências Bibliográficas

- ALI, T. **O espírito da época.** p. 73-76. In Occupy/ [David Harvey... et al.]; tradução João Alexandre Peschanski... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- ALVES, Giovanni. **Ocupar Wall Street... e depois?** p.31-38. In Occupy/ [David Harvey... et al.]; tradução João Alexandre Peschanski... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- BRAVO, Maria Inês Souza et al. **Política de saúde no Brasil.** p.88 Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. Rio de Janeiro, 2001.
- BRAVO; MENEZES, 2011. **A saúde nos governos Lula e Dilma: algumas reflexões.** Disponível em: <http://www.adufrj.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf>. Acesso em 23 out.2017.
- CARNEIRO, H. Soares. **Rebeliões e ocupações de 2011.** p.7-14. In Occupy/ [David Harvey... et al.]; tradução João Alexandre Peschanski... et al.]. – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2012.
- DAHRENDORF, Ralf. **O Conflito Social Moderno: Um ensaio sobre a política da liberdade.** Trad. de Renato Aguiar e Marco A. E. da Rocha, S.P.: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.
- DANTAS, André Vianna. **Do socialismo à democracia: Dilemas da classe trabalhadora no Brasil recente e o lugar da reforma sanitária brasileira.** Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.
- ESCOREL, S. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário.** P.208. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- ESCOREL, S; NASCIMENTO, D; EDLER, F. **“As Origens da Reforma Sanitária e do SUS”.** In Saúde e democracia, história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- ESCOREL, S., TEIXEIRA, L. **“Histórias das Políticas de Saúde no Brasil de 1822 a 1963: do Império ao desenvolvimento populista.”.** In Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2008.
- ESCOSRIM, Silvana Maria. **Reflexões sobre a Política de Saúde no Brasil após a Constituição de 1988: a caminho do projeto neoliberal?** Londrina, 2015.
- FERREIRA, Delson. **Manual de Sociologia – Dos Clássicos à Sociedade da Informação.** 2. Ed. São Paulo : Atlas, 2003.
- FLEURY, M. T.; FISCHER, R. M. **Cultura e poder nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1989.

Frente Nacional Contra Privatização da Saúde. Disponível em: <<http://www.contraprivatizacao.com.br/>>. Acesso: 22 nov. 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, M. “**Novas Teorias dos Movimentos Sociais**”. São Paulo: Editora Loyola, 2009.

HARVEY, D.: **O novo imperialismo**. São Paulo. Edições Loyola, 2004.

IASI, M. Luis. **A rebelião, a cidade e a consciência**. p. 41-46. Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil/ Ermínia Maricato... [et al]. -1. ed, São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **Transição democrática: a difícil construção da cidadania**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 22, 1999

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. **A participação social no governo Lula**. In: AVRITZER, Leonardo (org.). Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa).

LIMA, N., FONSECA, C, HOCHMAN, G. “**A saúde na construção do Estado Nacional do Brasil: Reforma Sanitária em perspectiva histórica**”. In Saúde e democracia, história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. **A política de saúde no governo Lula**. Saúde e Sociedade, v. 20, n. 2, p. 522-532, 2011.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. v. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, 2017. **V Seminário de Saúde Mental celebra três décadas do Encontro de Bauri diante do desmonte atual na Saúde**. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/acontece-na-epsjv/30-anos-de-luta-antimanicomial>>. Acesso: 7 dez. 2017.

NORONHA, J., LIMA, L. MACHADO, C. “**O Sistema Único de Saúde – SUS**”. In Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2011.

PAIVA, C., TEIXEIRA, L. **“Reforma sanitária e a criação do Sistema único de Saúde: notas sobre contextos e autores”**. In História, Ciência e Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

Apêndice 1 - Mapeamento das atividades do Ocupa SUS – Ordem Cronológica 2016

- 08/06 - Ocupação do Ministério da Saúde no Rio de Janeiro
- 19/06 - Assembleia pra discussão do ato dia 24/6
- 21/06 - plenária
- 23/06- reunião de organização do ato
- 24/06 - ato na candelária, no mesmo dia o Ocupa SUS foi notificado do pedido de reintegração de posse
- 27/06 – saída do prédio
- 1/07 - Ocupa Minc + Ocupa SUS
- 4/07 - ato unificado
- 07/07- avaliação do ato unificado
- 15/07 – Audiência Pública “A Defensoria e a violência sexual contra a mulher
- 16/07 – Festival “O passeio é público”, participação na roda de conversa sobre a Precarização do SUS
- 18/07 – – Roda de conversa no MinC sobre “O impacto das olimpíadas na vida das mulheres”
- 20/07 – – Roda sobre resgate do Movimento de Mulheres Negras no Minc. Vigília em apoio a Rafael Braga.
- 23/07 - Ato 23 anos da chacina da Candelária + Plenária Ocupa SUS
- 27/07 – Mulheres em situação de rua – (Ocupa SUS)
- 29/07 – – Mulheres na luta política – Coletiva
- 31/07 – Parto humanizado e violência obstétrica e Legalização do aborto

- OBS ¹: A duração da ocupação foi de 8/6 a 27 /6, no entanto o coletivo Ocupa SUS se fez presente em diferentes espaços de debates e manifestações.
- OBS²: Semana feminista no Capanema: 25 a 31 de julho.

Apêndice 2 - Memória da Reunião do Ocupa SUS RJ²¹

Data/Local: 20/08/2016, OcupaAmaro (C.E. Amaro Cavalcanti)

Pautas:

- 1) Avaliação dos rumos do Ocupa SUS RJ.
- 2) Informes das Frentes de atuação do Ocupa SUS RJ.
- 3) Participação da “ Maratona Fora Temer” (21/08).
- 4) Reunião da Frente Ampliada em Defesa do SUS (23/08).

Discussão dos pontos de pauta:

- 1) Avaliação dos rumos do Ocupa SUS RJ:

Perspectiva próxima de consolidação do golpe até o final de agosto e continuidade do governo Temer. Avaliação sobre a mobilização dos participantes do Ocupa SUS RJ, alcance das ações, possibilidades de constinuidade. Retomada do que foi acordado a partir do Seminário do Ocupa SUS RJ realizado em 23/07 no OcupaAmaro, com a organização das seguintes frentes de atuação:

- Agitação e Ação;
- Formação;
- Precarização do Trabalho;
- Comunicação;
- Coletiva Feminista;

- 2) Informes das Frentes de atuação do Ocupa SUS RJ:

- Agitação e Ação:

Ocorreram duas reuniões (28/07 e 10/08), nas quais se discutiu a organização do escracho ao ministro da saúde Ricardo Barros e as ações a serem desdobradas. Aconteceram dois escrachos ao ministro: o primeiro no dia 04/08, contando com 6 pessoas, em que o ministro foi seguido da saída da Casa Brasil até seu carro; e o segundo no dia 06/08, com aproximadamente 10 pessoas, incluindo

²¹ Este documento foi alterando para evitar que os nomes dos integrantes do Ocupa SUS RJ sejam expostos.

a Mídia Ninja que registrou todo o escracho, que ocorreu também na Casa Brasil dentro do evento de sobre aleitamento materno durante a fala do ministro e do lado de fora em sua saída.

Avaliamos que foram momentos importantes para dar visibilidade às ameaças que o SUS vem sofrendo e mostrar que as ações do OcupaSUS RJ continuam. Sobre o primeiro escracho, consideramos que o material não foi o ideal e o número de pessoas poderia ter sido maior, mas foi uma boa aproximação de certo “ensaio” para o segundo escracho. Ainda no primeiro dia de escracho, aproveitamos a oportunidade e escrachamos também o ministro da cultura Callero e mais um grupo de “engravatados” que circulavam pelo boulevard Olímpico enquanto aguardávamos o ministro da saúde.

Sobre o segundo escracho, conseguimos saber ao certo o horário do evento em que participaria o ministro da saúde e também mais pessoas puderam participar dando maior visibilidade, além da participação da Mídia Ninja que foi muito importante. Consideramos também que o movimento e agitação no boulevard olímpico foram bastante positivos, aproveitando o grande número de pessoas circulantes por causa das olimpíadas. O boulevard olímpico foi identificado como local propício para atividades de agitação durante todo o período das olimpíadas.

Em relação à participação nos escrachos, consideramos que é importante termos um mínimo de 10 pessoas e que haja revezamento para que não sejam sempre as mesmas pessoas, o que acaba expondo demais as que estão na linha de frente.

Além dos escrachos, a Frente de Agitação e Ação procurou mobilizar o grupo para esta reunião (20/08), bem como para os atos ocorridos. O Ocupa SUS RJ participou do Ato Fora Temer no dia da abertura das olimpíadas (05/08) em Copacabana, com aproximadamente 10 participantes, e também da Maratona Fora Temer corrida durante a maratona olímpica feminina (14/08), com aproximadamente 15 pessoas, nesta atividade em que grupos que estão mobilizados contra o golpe se distribuíram ao longo de todo o percurso da maratona com cartazes, materiais, gritando palavras de ordem, buscando dar visibilidade ao golpe em curso.

- Precarização do trabalho:

Ocorreu uma reunião desta Frente, que já havia iniciado seus encontros um ano antes do Ocupa SUS RJ acontecer. Foi colocada a questão de como avançar na luta trabalhadores da saúde, incluindo os que estão em condição de vínculo precário. Foram divididas algumas tarefas na Frente,

como por exemplo, o levantamento de informações com os sindicatos. Falou-se do movimento de unificação das lutas na saúde, com reunião prevista para o dia 23/08 (outro ponto de pauta).

Uma ação importante que está sendo construída é a criação de uma página para veicular materiais, denúncias sobre a situação dos trabalhadores, situação de assédio moral, pensando uma linha editorial e formas de divulgação, desdobrando em uma página própria, para evitar o reconhecimento das pessoas que estão denunciando.

Também foi falado de uma linha de ação para mobilizar mais trabalhadores, utilizando estratégias para aproximação, visibilidade, agregação em torno de pautas prioritárias. Foi pontuada a questão da participação dos usuários nos movimentos, e da possibilidade de utilizar meios de comunicação, rede de rádios livres e outros recursos possíveis.

- Coletiva Feminista:

Ocorreu uma reunião, em que participaram 6 mulheres do Ocupa SUS RJ. Esta Frente se formou desde a ocupação e propôs três ações estratégicas no momento:

- Realização de escracho ao candidato à prefeitura do Rio, Pedro Paulo (a agenda dele será acompanhada para identificar a oportunidade do escracho);
- Elaboração em um Manifesto da Coletiva Feminista do Ocupa SUS RJ, já iniciado;
- Criação de uma identidade visual para a Coletiva, com arte própria, para produção de adesivos, bottons, etc.

- As frentes de Comunicação e Formação ainda não haviam se reunido:

Consideramos que a Frente de Comunicação é essencial para os desdobramentos e visibilidade do movimento do Ocupa SUS RJ, mantendo ativa a página no Facebook, atualizando material gráfico, principalmente panfletos, fortalecendo as linhas editoriais acordadas no Seminário.

Foi colocado que a Frente de Formação irá propor alguma atividade para o grupo do Ocupa SUS RJ em momento posterior, ainda a ser programado. Esta Frente contou com oito participantes.

- Acordamos de buscar coordenar as datas das reuniões das Frentes. Proposta de veicular as datas das reuniões de cada Frente.

3) Participação na “Maratona Fora Temer” (21/08):

A Maratona Foa Temer ocorreu durante a maratona feminina e iria se repetir na maratona masculina no dia seguinte a reunião (21/08). O local para o Ocupa SUS RJ ficar permaneceu o mesmo, próximo à Praça Mauá, aproximadamente 9 horas, com os materiais e faixas já utilizados na 1ª maratona. Foi falado sobre a lida com as pessoas a favor do golpe e de como ocorrem momentos difíceis, mas é preciso saber lidar. Dez participantes do Ocupa SUS RJ se disponibilizaram a estar na 2ª Maratona Fora Temer.

4) Reunião da Frente Ampliada em Defesa do SUS (23/08):

Foi discutida a participação do Ocupa SUS RJ na reunião do dia 23/08, às 18h, no Sindipetro (Av. Passos, 34), para formação de uma Frente Ampliada em Defesa do SUS. A pauta seria a organização de uma plenária para a mobilização da saúde, com participação de diversos movimentos, sindicatos, coletivos, buscando uma unidade na luta da defesa do SUS. O Fórum de Saúde produziu um documento contendo esta proposta, já veiculado entre os participantes.

Consideramos que a principal contribuição do Ocupa SUS RJ está na realização e experiência com as ações diretas, bem como no exercício da horizontalidade do movimento.

Foi prevista a participação de oito participantes do Ocupa SUS RJ para reunião do dia 23/08.

- Algumas das questões discutidas:

- Evento do dia 29/08 na casa do empresário “ a saúde que podemos ter” – possibilidade de realizar o escracho, pois o evento contará com a participação de diversos empresários do privado e significa uma clara ameaça ao SUS. Necessidade de se inscrever no evento para poder entrar. Proposta para escrever um texto para ser lido em formato de jornal no escracho.

- Caixinha Ocupa SUS RJ – Contamos com pouco recurso no momento, faltando ainda algumas pessoas pagarem as camisas que foram vendidas no dia do Seminário. Necessidade de comprar um megafone para ser usado nas ações diretas e atos ou solicitar apoio aos sindicatos. Pauta sobre financiamento do movimento a ser pensada. Foi passado o “chapéu” durante a reunião e arrecadado mais dinheiro para caixinha.

- Ao final da reunião, duas pessoas do Ocupa MinC RJ chegaram para trazer sua pauta sobre permacultura, como já estava no final da reunião a pauta não foi aprofundada.

Encaminhamentos/ Próximas atividades:

- 21/08, 9h, Praça Mauá – Segunda Maratona Fora Temer.
- 23/08, 18h, Sindipetro - Reunião da Frente Ampliada em Defesa do SUS.
- 29/08, de 9 às 17h, Casa do Empresário - Escracho no evento “ a saúde que podemos ter”.
- 30/08 ou 1/09 - Reunião da Frente de Precarização do Trabalho Ocupa SUS RJ.
- 08/09, 18:30, local a confirmar – Próxima reunião do Ocupa SUS RJ.

Apêndice 3 - ATO POLÍTICO CULTURAL EM DEFESA DO SUS

1) RAP DA FELICIDADE

Eu só quero é ser feliz
Ter acesso ao tratamento
na cidade onde nasci
E poder me orgulhar
Se o SUS aqui funciona,
saúde tem seu lugar!!

2) RAP DO SILVA

Era só mais promessa que a
gestão nao cumpria
Trabalhador e usuario sem
nenhuma garantia!

3) SIMPÁTICO

Ôoo, governador! Para de
mandar cao!

4) ALUGA-SE

A solução pra essa gestão
eu vou dar
Sem compromisso assim
ninguém nunca viu
Conversa mole eu não vou
mais aceitar
Acordo feito, prometeu não
cumprir!
Nós não recebemos nada!!
Usuário paga nada!!
O SUS É FREE!
Vê se entende, o SUS é
free!
Chega de privatizar
Terceirizar
Com as Oss não vai
rolaaaarrrrr

5) OLÊ OLÊ

Ole ole, ole ola
Ole ole, ole ola
Se a Saúde privatizar
O Rio, o Rio, o Rio vai
parar!

6) ÔOOOOO

Ôôôôô a luta não parouuu,
A luta não parouuu, a luta
não parouuuuôôôôô!

7) ME DÁ UM DINHEIRO AÍ

(Marchinha)
Ei, vc aí
Nós temos Capsi, nós
temos Capsi
Ei, vc aí
Nós temos Capsi, nós
temos Capsi
Não vai dar, não vai dar
não
Internação não é a solução
Vc vai ver, temos Caps Ad
Me dá, me dá, me dá ôô
Me dá uma verba aee

8) ABRE ALAS

Ô Fecha a porta pra OS
não passar
Fecha a porta pra OS não
passar
Eu uso o SUS e eu não vou
deixar
O SUS acaba se privatizar

9) BAILE DO SUS

O governo pensa que me
enrola
Fala da crise pensa que me
enrola
Roubou o busão pensa que
me enrola
Pára de roubar que esse caô
já não cola
Lá na UPA tá faltando tudo
Lá no CAPS tá faltando
tudo
Lá no Hospital tá faltando
tudo

No posto de saúde fica
todo mundo puto
Quer cuidado, acha que
merece
Quer farmácia, acha que
merece
Agente de saúde, acha que
merece
O governador deu a saúde
pra OS

10) TÁ OCUPADO

Tá ocupado, tá tudo
ocupado!
Tá ocupado, tá tudo
ocupado!

11) SE VOCÊ PENSA

Se Barros pensa que Saúde
é plano
Saúde não é plano não
Saúde é pra todo mundo
O plano toma um dinheirão
O Temer quer tirar tudo da
gente
Saúde, cultura, habitação
O Barros quer cortar o SUS
Metendo privatização
Estado de calamidade
Isso é uma desculpa!
Para mudar essa porra
Todo mundo pro ocupa!!

12) MAMÃE EU QUERO

Ocupa SUS, Ocupa SUS
O Minc, a Escola e o busão
Ocupa a praça, ocupa tudo
E o país todo vai virar uma
ocupação

Acompanhe o OCUPA SUS RJ

<https://www.facebook.com/ocupasusrj>

